

Passando a luta a limpo

Esta edição da revista da Contee resgata as pautas que marcaram a luta em defesa da democracia, da educação e por mais direitos em 2015. Bandeiras que inspiram as novas e necessárias jornadas de lutas em 2016

O PETRÓLEO AINDA É NOSSO

Defender a Petrobras significa defender o Brasil e também mais investimentos em educação

ENTRE OS MUROS DA PRISÃO-ESCOLA

Fatos e dados comprovam que redução da maioridade penal não é solução; educação sim!

SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ IGUALDADE

A luta por uma escola sem preconceito e discriminação continua dentro e fora da sala de aula

SUMÁRIO

3 EDITORIAL

Para manter a chama da luta

30 CURTAS DA CONTEE

36 DICAS CULTURAIS



10 SINDICAL

Secretárias da Mulher defendem autonomia do trabalhador em educação para tratar gênero

14 ARTIGO

A luta contra o veto às questões de educação em gênero e sexualidade nos planos de educação, de Maria Lucia da Silveira



17 PERFIL

Clodesmidt Riani
Sindicalista assistiu à inauguração da Petrobras



6 ENTREVISTA

Haroldo Lima: 'O movimento progressista deve ir para as ruas'



27 EDUCACIONAL

Estudantes apostam na autonomia e em atividades além dos muros

22 DESTAQUE

Entre os muros da prisão escola



19

INTERNACIONAL

Esse petróleo é seu?
Como a cobiça pelo "ouro negro" continua a motivar conflitos e guerras ao longo da história

FALE CONOSCO

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Endereço:

Setor de Rádio e TV - Sul
Quadra 701 - Bloco 2
Sala 436
Ed. Assis Chateaubriand
CEP 70340-906
Brasília/DF

Telefones:

(61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mails:

contee@contee.org.br e
conteudo@contee.org.br

Portal: www.contee.org.br

EXPEDIENTE



A revista **CONTEÚDO** é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee - sob a coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

Editores e jornalista responsável:

Táscia Souza - MTb 11.920/MG

Colaboração: Patrícia Botelho

Projeto gráfico e diagramação:

Cláudio Gonzalez - MOVIMENTO WEB E ARTES GRÁFICAS

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.

Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não necessariamente traduzem o posicionamento da Contee.

Nossos agradecimentos às entidades filiadas que colaboraram com esta publicação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Coordenação-Geral

Madalena Guasco Peixoto

Secretaria-Geral

Cássio Filipe Galvão Bessa

Secretaria de Finanças

Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Comunicação Social

Cristina Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais

Adércia Bezerra Hostin dos Santos

Secretaria de Formação

Lygia Maria Baptista Carreteiro

Secretaria de Políticas Sociais

Edson de Paula Lima

Secretaria de Organização Sindical

José Ribamar V. Barroso

Secretaria de Políticas Sindicais

José Carlos Arêas

Secretaria de Assuntos Jurídicos

João Batista da Silveira

Secretaria de Assuntos Institucionais

Nara Teixeira de Souza

Secretaria de Gênero e Etnia

Rita de Fraga Almeida Zambon

Secretaria de Políticas Internacionais

Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria da Saúde do Trabalhador

Oswaldo Luiz Cordeiro Teles

Secretaria de Juventude

Rodrigo Pereira de Paula

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho

Alan Francisco de Carvalho

André Jorge Marcelino da Costa Marinho

André Luiz Giudicissi Cunha

Ângelo Lacerda Rocha

Antônio Rodrigues da Silva

Aparecida de Oliveira Pinto

Cesar Gomes Araújo

Claudio Eduardo dos Santos

Cristiano Leon Martins

Geraldo Profírio Pessoa

João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho

Juliano Pavesi Peixoto

Manoel Henrique Filho

Maria das Graças de Oliveira

Maria Madalena Patrício de Almeida

Nivaldo Pinto Ferreira

Paulo Roberto Yamaçake

Robson Terra Silva

Sérgio Roberto Scheffer

Tânia Andrade Lima

Wanderlei Julio Quêdo

CONSELHO FISCAL

Idenes de Jesus Souza Cruz

Leonardo da Silva dos Santos Bastos

Wilson Melo Sodrê

Para manter a chama da luta

N a edição da revista CONTEÚDO publicada há exatamente um ano, anunciamos que 2015 seria um ano especial para a Contee. Nossa Confederação comemorou, em novembro, o 25º aniversário de sua fundação: 25 anos de luta de uma entidade forte e de bandeiras firmes em prol dos trabalhadores em estabelecimentos privados de ensino e da própria, educação, incluindo a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, bem como a exigência da regulamentação da educação privada, sob as mesmas exigências aplicadas à rede pública.

Mas, além de um ano de comemoração, 2015 também foi um ano de desafios. Muitos! A começar pela crise econômica e, sobretudo, política, acirrada pela sanha golpista, que nos levou às ruas em defesa da democracia e de direitos sociais que foram atacados pelo Congresso Nacional mais conservador eleito desde 1964. Um ano difícil que certamente significará muitas batalhas neste 2016 que começa.

É justamente por termos inúmeras dessas batalhas pela frente que, repetindo a experiência bem-sucedida dos últimos anos, fazemos desta primeira edição da CONTEÚDO uma retrospectiva das principais reportagens publicadas pela revista no ano passado. Isso porque acreditamos que, para nos fortalecer ainda mais, não é possível perder de vista nossa história, incluindo a mais recente. Além disso, temas como a defesa da Petrobras como patrimônio brasileiro, o enfrentamento à tentativa de dismantelar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e reduzir a maioria penal e a bandeira de uma educação voltada para a promoção da igualdade de gênero e para o fim da violência contra mulheres, homossexuais e transgêneros — todos assuntos abordados por nós no último ano — não se esgotaram em 2015. Pelo contrário, são questões que permanecem, mais do que nunca, na ordem do dia e que certamente cobrarão de nós prontidão e preparo para o debate.

Desse modo, mais uma vez, esta edição especial impressa da CONTEÚDO se propõe a ser mais do que uma coletânea de textos já publicados. Sua finalidade é, principalmente, manter acesa a memória e a reflexão sobre as lutas que travamos em 2015 para embasar aquelas que nos esperam em 2016.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto

Coordenadora-geral da Contee

Passando a luta

Dois mil e quinze não foi fácil para o Brasil. Olhando para trás, com a distância proporcionados pelos últimos 12 anos, constatamos que começamos o ano passado com grandes expectativas, do início do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff — que, esperávamos, daria um passo à esquerda após a disputa acirrada das eleições — à elaboração e conclusão dos planos municipais e estaduais de educação. As boas perspectivas esbarraram, de um lado, numa política econômica controversa, aliada à uma crise financeira e fiscal, que, logo nos primeiros dias de janeiro passado, retirou dinheiro do orçamento da educação. De outro, enfrentamos a barreira erguida por um Congresso conservador, retrógrado e dominado por oportunistas que não hesitaram em chantagear, ameaçar e dificultar ao máximo o trabalho do Executivo enquanto, em outra frente, atacavam sem dó direitos sociais.

Parece um cenário nebuloso demais para ser pintado logo na abertura da primeira CONTEÚDO de 2016, a qual se propõe, como vem acontecendo nos anos anteriores, a fazer uma retrospectiva que possa embasar a luta presente e futura que se descortina. Mas é justamente para nos fortalecer para as batalhas que se aproximam que é necessário passar a limpo os últimos meses. O objetivo é fazer um apanhado, sim, das dificuldades enfrentadas, mas, principalmente, do quanto não esmorecemos em nossa defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada como dever do Estado e direito de cada cidadão,

bem como de uma sociedade inclusiva, pautada pela igualdade, pela dignidade e pelo respeito aos direitos humanos.

Foi isso o que a CONTEÚDO buscou pautar durante todo o ano de 2015 e agora retoma nesta edição especial. Como nos anos anteriores, esta primeira edição de 2016 traz republicadas as principais reportagens lançadas pela revista no ano passado, a começar pela lembrança de que o “O petróleo ainda é nosso”. Recordando o lema da campanha que dominou o Brasil no fim da década de 1940 e na década de 1950 em prol da autonomia brasileira na área petrolífera, a CONTEÚDO defendeu e cobrou a destinação dos royalties do petróleo para a educação, conforme estabelecido em lei, e denunciou os interesses entreguistas daqueles que se apropriaram das denúncias de corrupção — a qual, é claro, precisa ser investigada e combatida — para justificar a vilipêndiação do patrimônio nacional em prol do capital estrangeiro. Muitos meses já se passaram e o tema continua atual, uma vez que ecos da Operação Lava-Jato ainda são usados na sanha golpista dos que tentam derrubar um governo eleito democraticamente.

Outro tema de suma importância abordado pela CONTEÚDO em 2015 foi a polêmica acerca da redução da maioria penal. Na reportagem “Entre os muros da prisão escola”, publicada originalmente entre julho e agosto do ano passado, numa edição inteiramente voltada para o assunto, a revista da Contee mostrou as falácias por trás dos argumentos de quem defende a punição de menores como



a limpo

Nessa retrospectiva, evidenciamos de que maneiras, durante 2015, optamos por destacar grandes batalhas, das quais a defesa da Petrobras, o combate à redução da idade penal e a bandeira da igualdade de gênero são apenas alguns exemplos

adultos e como isso, além de destruir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não contribui em nada para a redução da violência. Essa é, certamente, uma temática que retorna à baila em 2016, já que o assunto volta a ser discutido — e votado — no Congresso Nacional.

Por fim, outra questão abordada pela revista em 2015 e que segue atualíssima envolve a defesa de uma educação voltada para a promoção da igualdade de gênero. Como apontado pela reportagem “Sem educação não há igualdade” e pelos demais artigos da edição especial sobre o tema, o último ano foi marcado por sistemáticas ocorrências de violência contra mulheres, bem como contra homossexuais e transgêneros, denunciadas inclusive em campanhas públicas nas redes sociais, como #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto. Apesar disso, a inclusão da igualdade de gênero entre as diretrizes dos planos educacionais

foi tristemente derrotada na maior parte dos estados e dos municípios, devido, sobretudo, a um forte e equivocado lobby de movimentos religiosos e conservadores.

Nessa retrospectiva, evidenciamos de que maneiras, durante 2015, optamos por destacar grandes batalhas, das quais a defesa da Petrobras — que representa a luta pela soberania, pelo desenvolvimento e pelas riquezas brasileiras —, o combate à redução da idade penal e a bandeira da igualdade de gênero — que evidenciam também como a intolerância marcou o ano passado — são apenas alguns exemplos. Rever essas pendências é também estabelecer as perspectivas para 2016, em que a atuação dos movimentos sociais nas ruas será crucial. Só na luta conquistaremos as mudanças necessárias e o fortalecimento das políticas públicas que visem a melhores condições de vida e de trabalho para o povo brasileiro. 🇧🇷



‘O movimento progressista deve ir para as ruas’

O ex-deputado federal Haroldo Lima, membro do Comitê Central do PCdoB, é consultor de petróleo e foi diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) por quase sete anos, de 15 de janeiro de 2005 a 11 de dezembro de 2011. Viu de perto, portanto, a descoberta do pré-sal, o início da exploração dessa reserva e o recrudescimento dos interesses financeiros do capital estrangeiro sobre a Petrobras; os mesmos interesses que agora se valem da pretensa justificativa do combate à corrupção para estender as garras para a empresa.

“Sem dúvida, um esquema corrupto foi descoberto na Petrobras e seus responsáveis devem ser punidos exemplarmente”, afirma. “O que correntes direitistas pretenderam foi misturar tudo, enxovalhar a Petrobras, desmerecê-la, na vã pretensão de inviabilizá-la, enchendo-a de dívidas e negando-lhe financiamentos.”

Nesta entrevista à CONTEÚDO, Haroldo Lima fala sobre como sua ligação com o petróleo nacional começou ainda na adolescência, com a leitura de Monteiro Lobato, e conclama os movimentos sociais a saírem às ruas em defesa da Petrobras.



Haroldo Lima

O senhor poderia nos contar um pouco como começou sua história com a Petrobras?

Tinha cerca de 14 anos quando li os dois primeiros livros sobre petróleo: “O escândalo do petróleo e ferro”, do Monteiro Lobato, e “A luta pelo petróleo”, do Essad Bey. Tornei-me adolescente sabendo que o petróleo era vital e era motivo de guerras. E que os grandes do mundo abocanhavam o petróleo dos pequenos.

Mais à frente compreendi o papel dominador que as “sete irmãs”, as sete maiores petroleiras do mundo, exerciam em todas as paragens.

Quando a Petrobras fez dez anos de fundação, e era projeto de uma grande empresa, mas ainda não era grande, o principal ato de registro da efeméride foi um comício no Campo Grande, em Salvador. Fui um dos responsáveis pela organização do comício, tendo batalhado pela presença no evento do então governador de Pernambuco Miguel Arraes, desde então, e até sua morte, meu amigo. Poucos dias depois, houve o golpe de 1964.

Nesse período, eu estava promovendo entendimentos para ser admitido no curso do Cenap [Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo], na Petrobras. Os entendimentos foram suspensos definitivamente. O engenheiro da Petrobras com quem eu me relacionava para fazer teste para o Cenap, Jorge Leal Gonçalves Pereira, foi preso. Anos depois, foi morto na tortura, no Rio de Janeiro.

Quando fui deputado federal, por 20 anos, participei de todas as comissões que discutiram o petróleo e a Petrobras.

Foto: Jair Bertoulucci/TV Cultura



“

Tinha cerca de 14 anos quando li os dois primeiros livros sobre petróleo: “O escândalo do petróleo e ferro”, do Monteiro Lobato, e “A luta pelo petróleo”, do Essad Bey. Tornei-me adolescente sabendo que o petróleo era vital e era motivo de guerras. E que os grandes do mundo abocanhavam o petróleo dos pequenos

”

Foto: Arquivo/Revista Época



“Os fatos de hoje têm suas particularidades, mas têm semelhanças, sim, com fatos antigos. A estratégia básica é a mesma: através de pretextos variados, tentam desmoralizar a empresa, para reduzir seu valor financeiro e obstruir seu avanço tecnológico. A partir daí, suscitam a ideia de vendê-la, no todo ou em partes”

A Petrobras enfrenta a cobiça dos interesses estrangeiros desde sua fundação e da campanha “O Petróleo é nosso”, chegando às vias da privatização durante o governo FHC. É possível comparar esses momentos históricos com o que acontece hoje do Brasil?

No governo de FHC houve, de fato, tentativa de privatizar a Petrobras. Até seu nome quiseram mudar, para Petrobrax. Os fatos de hoje têm suas particularidades, mas têm semelhanças, sim, com fatos antigos.

A estratégia básica é a mesma: através de pretextos variados, tentam desmoralizar a empresa, para reduzir seu valor financeiro e obstruir seu avanço tecnológico. A partir daí, suscitam a ideia de vendê-la, no todo ou em partes.

Hoje o pretexto é a corrupção. Sem dúvida, um esquema corrupto foi descoberto na Petrobras e seus responsáveis devem ser punidos exemplarmente. Mas esse grupo corrupto, dez, 20, 50 não qualifica a Petrobras, empresa de grande porte mundial, com cerca de 86 mil funcionários.

O certo, o patriótico, era imediatamente levar a investigação policial a fundo e separar o esquema corrupto do conjunto da empresa.

O que correntes direitistas pretende-

ram foi misturar tudo, enxovalhar a Petrobras, desmerecê-la, na vã pretensão de inviabilizá-la, enchendo-a de dívidas e negando-lhe financiamentos.

O que vimos nos últimos dias foi um tapa com mão de pelica na cara desse pessoal: a China emprestou, em condições altamente favoráveis, US\$ 3,5 bilhões à Petrobras, mostrando que ela merece respeito por ser das mais fortes empresas do mundo.

O senhor foi diretor-geral da ANP durante quase sete anos e acompanhou todo o processo de descoberta da camada pré-sal e as discussões dos primeiros instrumentos para assegurar a soberania brasileira sobre a nova reserva de petróleo. Essa descoberta reacendeu os interesses privatistas sobre a estatal?

Descoberta a província do pré-sal ficou caracterizado ser ela a maior acumulação petrolífera descoberta nos últimos 30 anos no mundo. Claro que isso desperta a cobiça de muita gente.

No governo de Lula tomamos a iniciativa de legalizar, para a exploração do petróleo no pré-sal, o sistema de partilha da produção. Com isso o Brasil tomava conta do pré-sal, sem prejuízo de levar para lá,

para ajudar na sua exploração, quem quer que fosse e que aceitasse as condições da partilha.

Agora, ante a crise cuja grandiosidade se promoveu, apareceu o líder do PSDB para apresentar no Senado um projeto que visa acabar com a partilha. Seria um indecoroso golpe-de-mão no Brasil. O que é mais incrível é que nenhuma empresa brasileira, além da Petrobras, tem condições de ir ao pré-sal. Quer dizer, quer-se garantir o pré-sal para os estrangeiros.

O senhor acredita que esses interesses têm se valido das denúncias de corrupção para desmoralizar e, consequentemente, desvalorizar a Petrobras? De que maneira isso tem sido feito?

Isso tem sido feito da maneira mais torpe possível. A grande mídia conservadora e oligopolizada alardeia o tempo todo os furtos feitos por gente de fora e de dentro da Petrobras, como se só isso estivesse acontecendo. E esconde os grandes feitos que a Petrobras continua conquistando.

No ano passado, por exemplo, enquanto era vítima de um tiroteio descomunal, a Petrobras ultrapassou a ExxonMobil e se transformou na maior petroleira do mundo em capital aberto, sob o critério da produção do petróleo. Isto foi escondido do povo brasileiro.

Como a Petrobras (e também o governo) deve enfrentar as denúncias de corrupção, punindo os envolvidos, e sair fortalecida do processo?

A presidenta Dilma tem sido clara desde o início: punir os corruptos, “doar a quem doar”. E não aceitar que prospere essa campanha contra a Petrobras que setores antinacionais desenvolvem.

Qual a importância da participação dos movimentos sociais e sindical neste momento, em defesa da Petrobras?

É enorme. A Petrobras sempre foi defendida pelo movimento social, pelos trabalhadores, pelos estudantes, pela intelectualidade, por religiosos progressistas e parlamentares nacionalistas. Esse pessoal deve se empenhar em mostrar como a Petrobras se transformou no maior símbolo da nacionalidade brasileira.

O movimento progressista deve ir para as ruas, para os murais das escolas, portas de fábrica, Parlamento, púlpitos. Uma grande frente deve ser feita, pelo Brasil, pela Petrobras, pelos direitos dos trabalhadores e pelo respeito à vontade soberana das urnas. 

Foto: João Leus/O Tempo/Estadão Conteúdo



“

A Petrobras sempre foi defendida pelo movimento social, pelos trabalhadores, pelos estudantes, pela intelectualidade, por religiosos progressistas e parlamentares nacionalistas. Esse pessoal deve se empenhar em mostrar como a Petrobras se transformou no maior símbolo da nacionalidade brasileira”



Foto: Fernanda Ruy

Secretárias da Mulher defendem autonomia do trabalhador em educação para tratar gênero

Retrocesso. Assim as lideranças feministas do meio sindical classificam a retirada da expressão gênero do Plano Nacional de Educação (PNE). Para as dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores nos Estabelecimentos de Ensino (Contee) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), independente de legislação, a questão de gênero deve continuar sendo abordada nas escolas, já que o professor não depende de lei para discutir temas que julga relevantes em sala de aula.

“Enquanto professora e agente educacional eu tenho minha autonomia

em sala de aula. Não há a necessidade de que tenha no currículo escolar porque é um tema transversal, assim como não é necessária uma lei para trabalhar noções de cidadania. Essa é uma discussão que nós devemos levar para as salas de aula, independente de legislação”, afirma Rita de Fraga Almeida Zambon, coordenadora da Secretaria de Gênero e Etnia, da Contee.

Ela ressalta o papel da Confederação em estimular a autonomia em sua base, apontando a importância do protagonismo do professor no sistema de ensino, dentro de sua escola, uma vez que somente a educação muda padrões

de comportamento de uma sociedade. Fraga acredita que houve “perda política” e que há “inconstitucionalidade” na retirada do termo do PNE, já que a Constituição Federal garante, em seu artigo 5º, que “todos são iguais perante a lei”. Todos têm “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Ísis Tavares Neves, secretária de Relações de Gênero da CNTE, reforça que a educação é primordial para a mudança comportamental e que “o espaço da sala de aula é privilegiado para a formação de pessoas na construção de uma sociedade mais justa”.

“Não é uma questão religiosa, é uma questão política e estratégica para a construção de um projeto para o País”, diz Ísis Tavares.

Ela também enfatiza a necessidade de o movimento de base voltar a preencher os espaços de mobilização. “Melhoramos a qualidade de vida da população, mas não houve formação dessas pessoas, no sentido mais amplo, não somente entre os muros das escolas, mas a formação indireta como pela mídia, que é quem fala com a população 24 horas por dia”, explica a dirigente da CNTE, que defende a regulamentação dos meios de comunicação e lamenta que o governo não tenha feito esse enfrentamento. Ela lembra, ainda, que não existem TVs e rádios comunitárias que contribuam com o debate. “Isso tudo é educação popular, que também é formação”, conclui.

A nova secretária da Mulher Trabalhadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Martins Batista, eleita em outubro no 12º congresso da entidade, para gestão 2015-2019, concorda com uma abordagem que valorize a autonomia do professor, porém, depende de cada escola e do compromisso que cada uma tem: “Partir da realidade local é uma opção pedagógica e abre portas para que muitos temas enfrentados no

cotidiano sejam problematizados. Aí, os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, podem ser um importante instrumento de apoio ao profissional”.

A dirigente da CUT lembra que, além da Constituição, o Brasil é signatário de acordos mundiais como a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”, de 1995, que listou 12 pontos prioritários de trabalho, além de ações detalhadas para alcançar seus objetivos estratégicos, e a “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher”, da Organização dos Estados Americano (OEA), adotada em 1994 e que conceitua a violência contra as mulheres, reconhecendo-a como uma violação aos direitos humanos, e estabelece deveres aos Estados signatários, com o propósito de criar condições reais de rompimento com o ciclo de violência identificado contra mulheres em escala mundial.

Ivânia Pereira, secretária da Mulher Trabalhadora da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que concedeu entrevista em meio a um movimento grevista da categoria a qual pertence, os bancários, também falou da importância em, diante de tantos embates, reunir movimento sindical, estudantil, e toda a

comunidade escolar em um trabalho de base para que não se retroceda “aos patamares da década de 1990, quando ainda existiam cursos que meninas não eram incluídas”.

Ela enfatizou a importância em aprofundar as discussões de gênero dentro dos sindicatos. “É preciso transgredir a fronteira da hipocrisia, da dicotomia entre heterossexualidade e homossexualidade, como se os seres humanos pudessem ser resumidos a isso. Precisamos debater esse tema, que é maior que tudo isso de que vem sendo acusado”, exclama a dirigente cetebista, referindo-se à tese da “ideologia de gênero” defendida pelos religiosos, de que há uma tentativa de tornar meninas e meninos assexuados, ou com sexo neutro. Diversos sites e blogs católicos e evangélicos disseminam essas ideias que foram fortalecidas com a divulgação de notas públicas da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Conjuntura

A conjuntura política também foi citada pelas dirigentes feministas como sendo algo que dificultou a mobilização, diante do crescimento das bancadas conservadoras no Congresso Nacional, bem como nas câmaras e assembleias legislativas, após o pleito de

“Partir da realidade local é uma opção pedagógica e abre portas para que muitos temas enfrentados no cotidiano sejam problematizados. Aí, os Parâmetros Curriculares Nacionais, ao reconhecerem a complexidade da prática educativa, podem ser um importante instrumento de apoio ao profissional”

Junéia Martins Batista, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT



Foto: Dino Santos/CUT

Após um balanço sobre os últimos acontecimentos, as sindicalistas lembram que é preciso criar unidade e conscientizar as bases das confederações e centrais sindicais para despertar sobre a importância de lutar pela igualdade de gênero



Foto: Lidiane Ponciano



Foto: Fernanda Ruy

Centrais promovem, juntamente com movimentos, Marcha das Mulheres Negras em Brasília, em 19 de novembro, véspera do Dia da Consciência Negra

2014. A representante da CTB reconheceu que a articulação dos religiosos no Congresso entorno do PNE “pegou o movimento sindical de surpresa”. “Estamos enfrentando o avanço da direita no Brasil, que vem de maneira violenta sobre as conquistas sociais dos últimos anos. E eles têm agido também nas assembleias legislativas e câmaras de vereadores. É preciso ser mais rápido que eles”, enfatiza Ivânia Pereira.

A secretária da CNTE recorda que os trabalhadores em educação fizeram bastante barulho e receberam apoio dos demais setores, mas observa que a correlação de força está desigual, com a perda de representantes dos trabalhadores nos parlamentos.

“Essa perda do espaço nos parlamentos faz parte, inclusive, da cartilha do chamado golpe suave, que está ocorrendo nos países da América Latina em que os governos são progressistas. Estamos com dificuldade para mobilizar porque ocorre, ainda, uma criminalização e demonização dos movimentos sociais em especial o sindical”, exclama Ísis Tavares.

Na opinião da representante da Contee, a perda maior foi política e a sociedade precisará defender nos próximos anos a manutenção do estado laico: “Enquanto não houver laicidade, não avançaremos mais em nada. O lobby das instituições confessionais (comprometidas com uma religião) foi muito forte e envolveu jovens das alas mais conservadoras das igrejas, com conceitos errados de gênero”.

Ação

Após um balanço sobre os últimos acontecimentos, as sindicalistas lembram que é preciso criar unidade e conscientizar as bases das confederações e centrais sindicais para despertar sobre a importância de lutar pela igualdade de gênero. “Nós sindicalistas temos a responsabilidade de mostrar para nossas bases o que está ocorrendo, o que está em jogo no pano de fundo nacional e perceber os movimentos locais”, afirma Tavares, que se diz otimista com a arti-

culação dos sindicatos e movimento social também pela internet.

Além de ações nas redes, as dirigentes afirmam que não tem outra saída a não ser arregaçar as mangas e fazer o enfrentamento no Congresso e nas ruas.

Diante das inúmeras ameaças aos direitos dos trabalhadores, como a tentativa de regularizar a terceirização, cujo PL tramita agora no Senado, e a tentativa de enfraquecer a legislação trabalhista, como a Medida Provisória 680/15, que instituiu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) impondo a negociação sobre a legislação, as centrais sindicais têm ocupado espaços públicos para chamar a atenção sobre essas pautas.

“O Congresso Nacional tem atacado vários direitos dos trabalhadores e isso tem demandado de nós permanente mobilização”, explica Junéia Martins, que lembra que faltam parlamentares que representem mais setores que têm interesse no tema, como jovens, mulheres, negros e índios.



RES PEI TE A DI VER SI DA DE





A luta contra o veto às questões de educação em gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação de São Paulo

Maria Lucia da Silveira pela Marcha Mundial de Mulheres -MMM

A censura medieval realizada à presença de atividades para educação em gênero, identidades de gênero e educação em sexualidade ocorrida nos PME (planos municipais de educação), por encomenda de setores fundamentalistas da Igreja Católica, e de setores evangélicos, que ocorreu em outros municípios do País, faz parte de uma onda conservadora que se espalha. Tal onda ataca principalmente a formação de cidadãos e cidadãs críticos, um dos principais eixos de uma escola democrática e os direitos sexuais e reprodutivos no plano da saúde, concretizando uma violação ao princípio da laicidade do Estado.

Acompanhei em São Paulo, junto a outras militantes da MMM, a audiência pública e as votações na Comissão de Finanças e Orçamento do PME que reabriu de forma indevida, em nome do bispo, o debate para a retirada das questões de gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação (PME). Foi de arrepiar ver a presença da TFP fardada no Plenário da Câmara. Embora, em minoria no início, o campo democrático popular da educação e dos movimentos sociais, LGBTT e de mulheres conseguiu dar uma resposta politizada e massiva contra o pânico moral que esses setores espalharam. Nas igrejas de todo o País e na inter-

net esses setores espalharam cartilhas que afirmam mentiras deslavadas contando com a desinformação de pais e mães de alunos e com a mobilização do corpo docente e estudantes de escolas religiosas.

Em diversos municípios, e estados, o movimento social lutou até a votação final. Mas, em muitos deles, como na capital paulista só ficou o que a Lei Orgânica do Município já estabelecia, qual seja, a declaração de que a educação deve superar as discriminações e preconceitos, como também ficou no Plano Nacional de Educação (PNE). A 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres aprovou uma moção de repú-

dio aos vereadores sobre a retirada das propostas relativas à educação para a igualdade de gênero e educação em sexualidade, com respeito à diversidade.

Se a aprovação de propostas como as acima mencionadas no PME poderia tornar essas questões uma política pública de Estado, a não aprovação não impede que as e os educadores, e a comunidade escolar, continuem a tratar desses temas que estão presentes na escola. É claro que a não presença dessas questões nos planos dificulta a obtenção de recursos e o desenvolvimento de uma educação continuada sobre gênero, identidades de gênero, sexualidade e violência de gênero etc. Estamos respaldados pela Constituição e inúmeras disposições legislativas e pela Política Educacional dos últimos 20 anos.

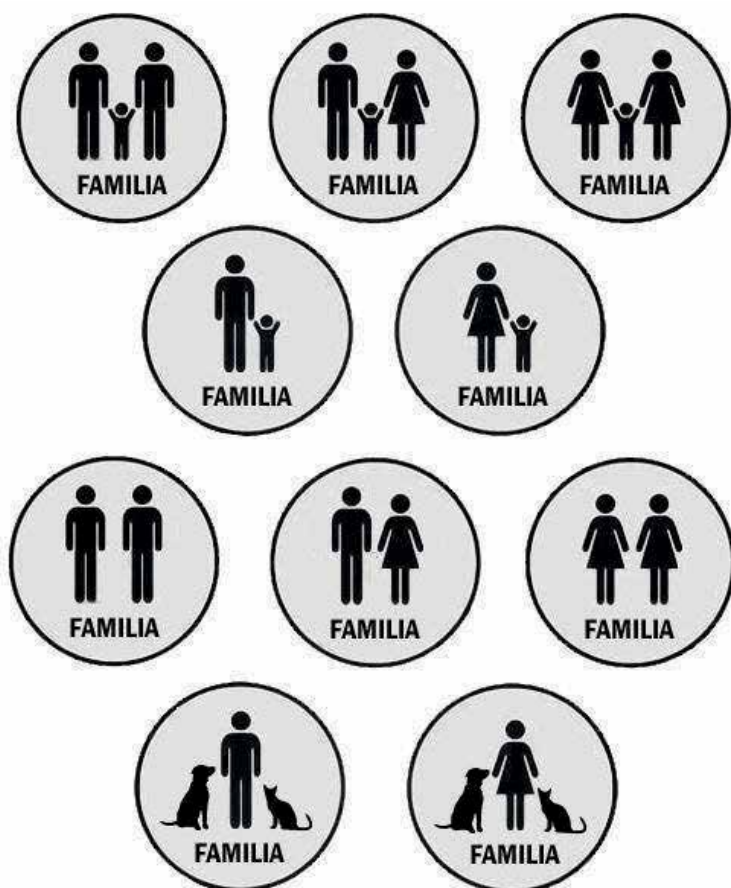
Nós, do movimento de mulheres, desde as primeiras Conferências de Políticas para Mulheres e desde o Primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres do governo Federal, viemos conquistando apoio do governo e das instituições como Unicef, Unesco, ONU Mulheres, pela ampliação da institucionalização das diretrizes e de programas relativos a esse tema, desde a conquista da Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão, no MEC; até as campanhas e pactos de enfrentamento à violência contra a mulher; prevenção da gravidez na adolescência, por meio da discussão da sexualidade como dimensão humana e direito sexual (e não da negação da sexualidade como querem os fundamentalistas); prevenção de DST/Aids; campanhas contra o abuso sexual de

crianças etc. Empreendidas por várias secretarias como a de Políticas para as Mulheres; da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e setores do Ministério da Saúde.

A nossa luta e a da maioria de educadoras e educadores pela formação continuada em gênero e diversidade e educação em sexualidades (no plural) continua porque, além de ser imprescindível lutar contra preconceitos e discriminações que impedem travestis, gays e lésbicas e transexuais de se sentirem acolhidos na escola, e as meninas e adolescentes de sofrerem violações dentro e fora da escola, necessitamos de uma escola que garanta igualdade de acesso e que a trajetória escolar de meninas e meninos não sofra interferências que acabam por criar obstáculos ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades.



Foto: Roney Domingos/G1



O que queremos é a consciência de gênero na escola e não de uma ‘ideologia de gênero’. Isso quer dizer que se olharmos a realidade pela lente das relações de gênero podemos construir a igualdade entre as formas de expressão de padrões de masculinidades e feminilidades não sexistas, homofóbicos e racistas.

Queremos afirmar que as e os formadores e educadores estão dentro e fora da escola. A família, a escola, a mídia educam (ou deseducam) no sentido freiriano de leitura do mundo e da pedagogia da autonomia. Isto é, nós não nos despojamos de nossas subjetividades e nossas experiências historicamente produzidas sem uma autonomia crítica, a ser construída como papel primordial da educação, abordando quaisquer temas relevantes para os alunos e alunas. Por exemplo, num espaço protegido, alunas e alunos devem discutir sexualidade sob a orientação de educadores com repertório intelectual e disposição democrática para situar as questões vividas, de

acordo com o que seu amadurecimento vai lhes despertando.

Os fundamentalistas vêm dizendo que só a família pode falar sobre a sexualidade e que família é só a ‘natural’, composta de um homem e uma mulher e filhos. E pregam que a inventada ‘ideologia’ de gênero vai destruir a família. Pânico diante dos diferentes arranjos familiares e tentativa de impor a heterossexualidade!

Se há alguma ideologia de gênero é a exercida pelos setores fundamentalistas religiosos: no sentido de que ideologia é um falseamento da realidade. Isso porque mentiras e preconceitos são veiculados e não debatidos: muitos de nós já ouvimos a repetição da mentira de que “as teorias de gênero ensinarão na escola as criancinhas a escolherem o seu sexo/gênero”, se querem ser meninas ou meninos e que podem mudar essa escolha como mudam de roupa. Seria cômico se não fosse trágico que se assustem mães, pais e avós espalhando pânico moral.

Alguém já refletiu que esse endeusamento da família tradicional esconde que em muitas famílias acontecem abusos sexuais, violência doméstica e sexual contra mulheres e meninas principalmente? As famílias muitas vezes escondem violências.

O que ganhamos com essa idealização da família que esconde valores conservadores? Vejam o aprovado Estatuto da Família: uma excrescência legislativa. Na definição desses setores fundamentalistas e reacionários, “a família natural” não contempla nem a adoção de crianças, já que o natural, o biológico é determinante. Mas as famílias são múltiplas felizmente. Resistiremos ao ataque a direitos e lutaremos para que a escola possa superar essa tentativa medieval de tapar o sol com a peneira. A era das trevas vai passar!

Nós da Marcha Mundial de Mulheres vamos continuar nessa luta até que todas e todos sejamos livres. 🌐



Foto: Arquivo pessoal

“Queremos afirmar que as e os formadores e educadores estão dentro e fora da escola. A família, a escola, a mídia educam (ou deseducam) no sentido freiriano de leitura do mundo e da pedagogia da autonomia.”

Maria Lucia da Silveira

Clodesmidt Riani

Sindicalista assistiu à inauguração da Petrobras

Foto: Nathalie Guimarães/G1



O sindicalista mineiro Clodesmidt Riani tem uma história de vida conhecida. Ele era presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 1964, na época da instauração da ditadura militar no Brasil. Por causa do golpe, Riani teve sua prisão decretada e, no dia 5 de abril do mesmo ano, decidiu se entregar ao 4º Regimento Militar de Juiz de Fora, em Minas Gerais, onde foi recebido a socos e pontapés por militares.

Também é conhecida sua amizade com o presidente João Goulart, de quem era considerado por muitos uma espécie de “conselheiro”. Antes do golpe, Riani levou Jango quatro ve-

zes a Juiz de Fora, número maior do que as visitas feitas a Belo Horizonte, capital do estado. Mas o que pouco se diz na biografia do homem que disse a João Goulart para ir às ruas e apoiar a greve geral dos trabalhadores e que organizou um comício na cidade em que mora até hoje com a presença de Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, pouco antes do Comício na Central do Brasil, é que ele também participou da luta em defesa da Petrobras. Aliás, Riani pode acrescentar à biografia o fato de ter acompanhado a solenidade de fundação da estatal, realizada na Bahia, no dia 3 de outubro de 1953. “Quando o Getúlio [Vargas] ia inaugurar, conversei com o deputado José Raimundo [Soares da Silva, depu-

tado estadual mineiro pelo PTB] para levar uma comissão à Bahia. Eram seis ou sete companheiros. Quando vimos o petróleo pela primeira vez, começamos a rir. Era negrinho... A gente estava esperando que fosse como água. Não conhecíamos nada”, conta.

Riani não era petroleiro, era eletricitista. Mas também um grande sindicalista. Com apenas 13 anos tinha começado a trabalhar numa fábrica de tecidos, mas, aos 16, entrou para os quadros da Companhia Mineira de Eletricidade, ainda como aprendiz. De lá, só se aposentou em 1983, com 43 anos de trabalho, como chefe de Divisão de Redes da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Como sindicalista atuante, disputou,

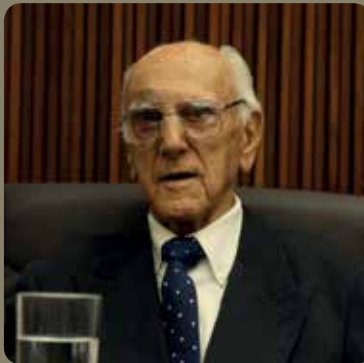
em 1990, um cargo de vereador em Juiz de Fora, mas não se elegeu. Já a luta sindical prosseguiu, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores da Energia Elétrica da cidade, do qual foi o primeiro presidente. Em seguida, em 1954, logo após a fundação da Petrobras, foi indicado pelo mesmo Jango, que ocupava então o posto de ministro do Trabalho, para integrar a Comissão do Salário Mínimo de Minas Gerais. No mesmo ano Riani se elegeu deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Uma década depois, o líder sindical foi um dos organizadores do comício das Reformas de Base. O comício, realizado no dia 13 de março, contou com a presença não só de João Goulart – já presidente da República – mas também de governadores de estados, deputados, grandes representações sindicais nacionais e mais de 200 mil pessoas. Foi durante o ato na Central que foi sancionada a Lei 4.330/64, conhecida como Lei de Greve (e que, ironicamente, tem o mesmo número do projeto de lei da terceirização, o qual, em vez de consolidar, destrói direitos dos trabalhadores), bem como os decretos instituindo a reforma agrária, tabelando os aluguéis, regulamentando a aposentadoria especial de 15, 20 e 25 anos de trabalhos penosos, perigosos e periculosos, respectivamente, e encampando as refinarias particulares de petróleo. A Petrobras, outra vez, estava no centro da disputa política, como hoje.

Os noticiários atuais aborrecem o sindicalista. “A gente espera que tudo seja investigado. Mas também que a Petrobras seja preservada.”

Raio-X

Foto: Nathalie Guimarães/G1



Nome:
Clodesmidt Riani

Data de nascimento:
15/10/1920

Cidade natal: Rio Casca - MG

Estado civil: Foi casado com Norma Geralda Riani, falecida em 1992, com quem teve dez filhos

Profissão: Eletricista

Cargos: Foi presidente da CNTI e do CGT e deputado estadual de Minas Gerais



O líder sindical foi um dos organizadores do comício das Reformas de Base, realizado no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, com a presença do presidente João Goulart

Com o golpe militar de 1964, Riani teve sua prisão decretada e, no dia 5 de abril do mesmo ano, decidiu se entregar ao 4º Regimento Militar de Juiz de Fora, em Minas Gerais, onde foi recebido a socos e pontapés por militares



Esse petróleo é seu?

Como a cobiça pelo “ouro negro” continua a motivar conflitos e guerras ao longo da história



GUERRA DO GOLFO: por trás das alegações de “guerra ao terror” sempre esteve o interesse do imperialismo pelo petróleo iraquiano

A Guerra do Yom Kippur, ou Guerra do Ramadã, foi um conflito árabe-israelense ocorrido durante 20 dias de outubro de 1973 depois de um ataque inesperado promovido pelo Egito e pela Síria. Durante o feriado judaico que batizou o confronto armado, os dois países interromperam o cessar-fogo e invadiram o Sinai e as Colinas do Golã, que haviam sido capturadas por Israel seis anos antes, durante a Guerra dos Seis Dias.

Sete anos depois tinha início, também no Oriente Médio, a Guerra Irã-Iraque, que se estendeu de 1980 a 1988 como resultado de uma disputa territorial entre as duas nações. Dois

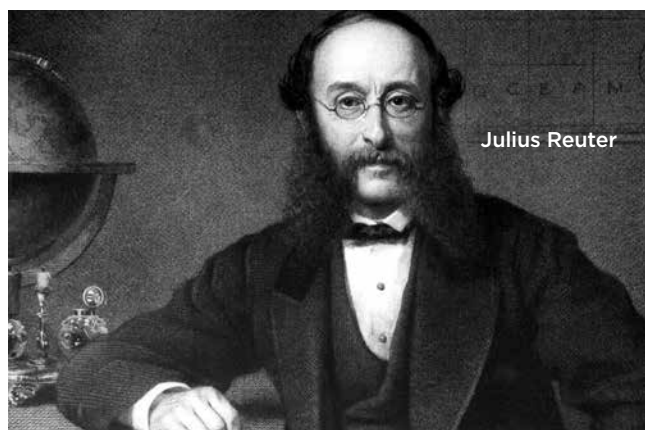
anos após o fim do conflito, outro confronto armado envolvendo o Iraque: dessa vez, a Guerra do Golfo, em que os Estados Unidos lideraram uma coalizão internacional, aprovada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), para libertar o Kuwait, ocupado e anexado pelas forças armadas iraquianas. Pouco mais de uma década depois do cessar-fogo, os norte-americanos voltaram a liderar uma invasão ao Iraque, numa guerra que se estendeu por oito anos e só foi encerrada em 2011.

Independentemente dos motivos alegados pelas nações envolvidas (na última guerra foi a suposta existência de armas de destruição em massa em



“Desde 1872, e de novo em 1889, o barão inglês Julius Reuter, fundador da agência de informações de mesmo nome, negociava, com a Pérsia, acordos que previam a exploração do petróleo, de maneira a detonar forte oposição da Rússia”

Christophe Courau, jornalista



solo iraquiano), todos os conflitos tiveram, declarada ou encobertamente, um ponto em comum: a disputa pelo petróleo. A afirmação consta no livro “Fonte de guerra: O panorama do conflito global”, do professor Michael Klare, da Amherst University, em Massachusetts, nos Estados Unidos. Segundo dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) de 2013, das dez maiores reservas mundiais do combustível, cinco estão no Oriente Médio: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Emirados Árabes Unidos. Ainda faz parte a vizinha Líbia, localizada na região do Magreb, no norte da África, fazendo fronteira com o Egito.

Na reportagem “Petróleo, causa (inconfessada) de guerra”, o jornalista Christophe Courau diz que a história

do petróleo no Oriente Médio nasceu da rivalidade entre russos e britânicos. “Desde 1872, e de novo em 1889, o barão inglês Julius Reuter, fundador da agência de informações de mesmo nome, negociava, com a Pérsia, acordos que previam a exploração do petróleo, de maneira a detonar forte oposição da Rússia”, relata. Aos ingleses seguiram-se os Estados Unidos e assim foi durante toda a primeira metade do século XX, com as multinacionais anglo-americanas, as “sete irmãs”, conservando o controle dos preços e dos volumes de produção. Só em 1960 é que a Arábia Saudita, o Kuwait, o Irã, o Iraque e a Venezuela criaram a Opep, a qual permitiu que, pela primeira vez, os países do Golfo Pérsico se unissem contra as “sete irmãs”.

“A guerra do Kippur, em 1973, provocou o primeiro choque petrolífero mundial. Os países do Golfo elevaram o preço do barril em 70% e limitaram a produção. Em 1974, o Kuwait e o Qatar assumiram o controle (em até 60%) das companhias que atuavam em seu território. A Arábia Saudita fez o mesmo antes de nacionalizar completamente a Aramco (Arabian-American Oil Company) em 1976. Os produtores, desse modo, transformaram-se nos senhores do jogo. As companhias perderam a capacidade de ditar os preços na boca dos poços. Mas conservaram, e mantêm ainda hoje, a primazia sobre o refinamento, o transporte e a comercialização do óleo”, ressalta Courau na reportagem.

Venezuela em foco

A verdade é que, ao longo de décadas, o conjunto do petróleo do Oriente Médio ficou sob o controle das grandes potências econômicas. Potências que, é claro, não querem perder a hegemonia sobre a riqueza.

O fato de que o petróleo é o real motivo por trás de alegações como o “combate ao terror” fica evidente no interesse dos Estados Unidos nos atuais problemas políticos enfrentados pela Venezuela, não apenas o único país sul-americano a integrar a Opep, desde sua fundação, como também, atualmente, o primeiro no ranking de produção global e das reservas do combustível, à frente da



Petróleo venezuelano: a próxima vítima?



As maiores reservas de PETRÓLEO DO MUNDO

ex-líder Arábia Saudita. As reservas petrolíferas são a maior fonte de renda venezuelana e os EUA, os maiores compradores desse petróleo.

Desde sua posse, em 2013, o presidente Nicolás Maduro tem denunciado tentativas de golpe de Estado e o apoio norte-americano à oposição ao seu governo, devido ao interesse liberal de dominar o mercado de óleo e gás. No mês passado, o presidente dos EUA, Barack Obama, ordenou a aplicação de novas sanções a sete altos responsáveis venezuelanos, atuais e antigos, sob acusação de violação dos direitos humanos. O presidente declarou ainda a existência de uma situação de “emergência nacional” nos Estados Unidos devido ao “extraordinário risco” que representa a situação na Venezuela para a segurança norte-americana. Na primeira semana de abril, o tom baixou no pronunciamento de Bem Rhodes, alto assessor, de Obama, que afirmou que “os Estados Unidos não acham que Venezuela represente alguma ameaça para sua segurança”. Mas qualquer semelhança será mera coincidência?

COM AGÊNCIAS

As reservas globais de petróleo atingiram 1,6 trilhão de barris em 2013. Veja neste quadro a relação dos países detentores das 15 maiores reservas do mundo (em bilhões de barris / b.b.):

1º VENEZUELA

Participação mundial: 17,8%
Reservas em 2013: 297.6 / b.b.

2º ARÁBIA SAUDITA

Participação mundial: 15,9%
Reservas em 2013: 265.9 / b.b.

3º CANADÁ

Participação mundial: 10,4%
Reservas em 2013: 173.9 / b.b.

4º IRÃ

Participação mundial: 9,4%
Reservas em 2013: 157 / b.b.

5º IRAQUE

Participação mundial: 9,0%
Reservas em 2013: 150 / b.b.

6º KUAIT

Participação mundial: 6,1%
Reservas em 2013: 101.5 / b.b.

7º EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Participação mundial: 5,9%
Reservas em 2013: 97.8 / b.b.

8º RÚSSIA

Participação mundial: 5,2%
Reservas em 2013: 87.2 / b.b.

9º LÍBIA

Participação mundial: 2,9%
Reservas em 2013: 48 / b.b.

10º NIGÉRIA

Participação mundial: 2,2%
Reservas em 2013: 37.2 / b.b.

11º ESTADOS UNIDOS

Participação mundial: 2,1%
Reservas em 2012: 35 / b.b.

12º CAZAQUISTÃO

Participação mundial: 1,8%
Reservas em 2013: 30 / b.b.

13º CATAR

Participação mundial: 1,4%
Reservas em 2013: 23.9 / b.b.

14º CHINA

Participação mundial: 1%
Reservas em 2013: 17.3 / b.b.

15º BRASIL

Participação mundial: 0,9%
Reservas em 2013: 15.3 / b.b.

Fonte: Site Pragmatismo político – Fevereiro/2014

Entre os muros da ~~prisão~~ escola



“Entre os muros da escola” e “Entre os muros da prisão” são dois filmes franceses de 2008 que tratam, em seu cerne, de um mesmo tema: a forma como lidamos com a adolescência. O primeiro, dirigido por Laurent Cantet e com roteiro adaptado do livro homônimo de François Bégaudeau (que atua no longa-metragem), acompanha um ano da relação de um professor de francês com sua turma de alunos em uma escola na periferia de Paris, aos quais tenta ensinar não apenas o que consta no currículo, mas também um pouco do mundo. Já o segundo, do diretor Christian Faure, lembra o nosso “Pixote”, de Hector Babenco, e conta a história de Yves Treguier, um órfão de 14 anos na França dos anos 1930 que já passou por várias casas de correção durante a infância e cujo sonho é fugir do reformatório e embarcar num navio para Nova Iorque.

Os títulos originais em francês – “Entre les murs” e “Les Hauts murs”, respectivamente – não são tão correlatos quanto seus correspondentes em português, mas é provável que haja uma razão, ainda que inconsciente, para que tenham sido lançados no Brasil com nomes que mais parecem paródia um do outro (além do fato de terem estreado no mesmo ano). Afinal, o que mais simboliza toda a discussão acirrada que vivenciamos hoje em torno da redução da maioridade penal senão uma escolha entre quais muros queremos que nossos jovens construam e quais queremos que derrubem?

Em meados do mês de junho, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou uma nota técnica, elaborada pelas pesquisadoras Enid Rocha Andrade da Silva e Raissa Menezes de Oliveira, intitulada “O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal: esclarecimentos necessários”. Logo na introdução do estudo, elas o justificam lembrando que, a cada vez que ocorre a divulgação de crimes considerados hediondos envolvendo adolescentes, é comum o acirramento do debate dessa questão, pautado, principalmente, por matérias de tons alarmistas veiculadas na grande chamada “grande mídia”, as quais contribuem para ampliar a sensação de

medo e insegurança. “Por se tratar de medida com forte impacto na vida de milhares de adolescentes e suas famílias, a redução da maioridade penal requer maiores reflexões e discussões pautadas em dados e informações inequívocas capazes de retratar a real dimensão do envolvimento de adolescentes em delitos de alta gravidade. Não menos importante é a necessidade de esclarecer a sociedade sobre os dispositivos e sanções existentes no sistema brasileiro de justiça juvenil para os adolescentes que cometem atos infracionais”, afirmam as pesquisadoras.

A nota ressalta ainda que a defesa da redução da maioridade penal é baseada na crença de que a repressão e a punição são os melhores caminhos para lidar com os conflitos e escorada na tese de que a legislação atual deve ser mudada, pois estimula a prática de crimes. “Parecem soluções fáceis para lidar com o problema da violência, mas surtem o efeito oposto, ou seja, aumentam a violência, principalmente quando se leva em conta as condições atuais dos espaços das prisões brasileiras.”



O que mais simboliza toda a discussão acirrada que vivenciamos hoje em torno da redução da maioridade penal senão uma escolha entre quais muros queremos que nossos jovens construam e quais queremos que derrubem?

“A comoção não é boa conselheira e, nesse caso, pode levar a decisões equivocadas com danos irreparáveis para muitas crianças e adolescentes, incidindo diretamente nas famílias e na sociedade”

Trecho de nota assinada pelo presidente da CNBB, Dom Sérgio da Rocha (foto), juntamente com o vice-presidente e o secretário-geral da entidade



Um dos pontos mais relevantes levantados pelo Ipea é o fato de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não é respeitado. Isso porque, muitas vezes, a justiça juvenil não é aplicada conforme as disposições estabelecidas no ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), imputando punições mais severas do que seria requerido para a infração em questão. Por exemplo: em 2013, segundo os dados levantados, existia um total de 23,1 mil adolescentes privados de liberdade no Brasil. Desses 64% (15,2 mil) cumpriam a medida de internação, a mais severa de todas; outros 23,5% (5,5 mil) estavam na internação provisória; 9,6% (2,3 mil) cumpriam medida de semiliberdade e 2,8% (659) estavam privados de liberdade em uma situação indefinida.

Em contrapartida, infrações como furto, roubo e envolvimento com o tráfico de drogas foram os principais delitos praticados pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade no Brasil. “Em 2011, roubo (38,12%), furto (5,6%) e tráfico (26,56%) representaram, juntos, mais de 70% do total de delitos praticados pelos adolescentes detidos. Em 2012, esses atos infracionais alcançaram, aproximadamente, 70% do total e, em 2013, cerca de 67%. Por sua vez, os delitos considerados graves, como homicídios (8,39%), latrocínio (1,95%), lesão corporal (1,3%) e estupro (1,05%) alcançaram,

em 2011, 11,7% do total dos atos praticados pelos adolescentes detidos no Brasil. Em 2012, tais infrações representaram 13,5% e, em 2013, 12,7%.” Pela conclusão da pesquisa, o confronto entre os números demonstra que, se o ECA fosse cumprido, os adolescentes internos privados de liberdade no Brasil seriam cerca de 3,2 mil – 2,2 mil condenados por homicídio, 485 por latrocínio, 288 por estupro e 237 por lesão corporal – e não 15,2 mil, como é na realidade.

Em entrevista coletiva, Enid Rocha ressaltou que existe uma orientação no ECA de que a medida de privação de liberdade deve ser aplicada apenas em atos de violência de alta gravidade. “Aí, quando vamos olhar, apenas 3.200 meninos estão privados de liberdade por motivos relacionados a homicídio, latrocínio, estupro e lesão corporal. Só que nós temos 15 mil restantes que estão privados de liberdade por atos como furto, tráfico de drogas, que não justificariam a severidade da medida”, criticou Enid. “Não sabemos o que levou o Judiciário a aplicar essas medidas, mas reconhecemos que há dificuldades. Por exemplo, em um município onde o Judiciário não encontra disponível uma forma de aplicar a semiliberdade ou a liberdade assistida, isso faz com ele aplique uma medida mais severa. Existem muitos motivos, mas o que os dados dimensionam é que há uma severidade na aplicação dessas medidas.”

A nota técnica também aponta números diretamente relacionados às perspectivas (ou falta delas) desses jovens. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, dos 10,6 milhões de jovens de 15 a 17 anos, mais de 1 milhão não estudavam e nem trabalhavam; 584,2 mil só trabalhavam e não estudavam; e, aproximadamente, 1,8 milhão conciliavam as atividades de estudo e trabalho. E isso a despeito de a adolescência ser um período durante o qual se considera que a atividade mais importante é o estudo. Num cenário como esse, alguém continua a acreditar que a solução é a redução da maioridade penal? Que os tijolos produzidos no país devem servir para erguer muros de prisões em detrimento dos muros da escola?

O ECA como alvo

Não é de hoje que o ECA, que acaba de completar 25 anos, sofre tentativas de ataques. O Estatuto mal acabara de completar três anos de vigência e a Constituição da República sequer tinha feito seu quinto aniversário quando, em 1993, o então deputado Benedito Domingos (PP-DF) apresentou a Proposta de Emenda Constitucional 171, alterando o artigo 288 da CF. Esse dispositivo, considerado, por muitos, cláusula pétrea da Constituição, determina que “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito

“(...) apenas 3.200 meninos estão privados de liberdade por motivos relacionados a homicídio, latrocínio, estupro e lesão corporal. Só que nós temos 15 mil restantes que estão privados de liberdade por atos como furto, tráfico de drogas, que não justificariam a severidade da medida”

Enid Rocha, pesquisadora do Ipea



Reprodução



anos, sujeitos às normas da legislação especial”. A PEC – essa mesma desenterrada 23 anos depois – visa alterar a redação para “menores de dezesseis anos”. E ela não é a única. Segundo o portal Consultor Jurídico, neste quarto de século, cerca de 20 leis já modificaram a redação original do Estatuto e há outras 500 propostas em análise na Câmara dos Deputados, sendo que 50 delas têm o intuito de endurecer a punição aos adolescentes infratores.

É claro que, mesmo que 87% dos brasileiros, segundo pesquisa Datafolha divulgada no dia 22 de junho, apoiem a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos e que, desse montante, 73% achem que a medida deve valer para todos os tipos de crimes, a questão não é tão simples. Nem tão palatável como querem fazer crer os adeptos do discurso do “Tá com pena? Leva pra casa”. A prova é que mesmo o substitutivo aprovado em junho pela Comissão Especial da Câmara, limitando a redução a crimes hediondos, não foi aprovada no Plenário da Casa – fato que desencadeou a manobra golpista do presidente Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e a apresentação de uma emenda aglutinativa que recolocasse o tema em pauta, apenas excluindo o tráfico de drogas da equação.

Outra prova é que o Senado – que analisará a PEC em seguida, caso ela passe em segundo turno na Câmara – também torce o nariz para a redução pura e simples, preferindo a opção, aprovada pelos senadores no dia 14 de julho, que altera o ECA para permitir o aumento do tempo de punição para menores de idade que cometerem crimes hediondos, exceto tráfico. Nesse caso, eles continuariam sendo penalizados como menores, e não como adultos.

A terceira evidência é que, embora em menor número, há setores importantes da sociedade que rejeitam a redução, como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os movimentos sociais e sindical, as entidades educacionais, as organizações defensoras dos direitos humanos, o próprio governo federal.

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, saudado há 25 anos como uma das melhores leis do mundo em relação à criança e ao adolescente, é exigente com o adolescente em conflito com a lei e não compactua com a impunidade. As medidas socioeducativas nele previstas foram adotadas a partir do princípio de que todo adolescente infrator é recuperável, por mais grave que seja o delito que tenha

“

Nossa aposta é no sentido de diminuir a distância entre a legislação existente de proteção aos direitos dos adolescentes e a sua concretização”

Enid Rocha,
pesquisadora do Ipea



“(...) vamos convocar ainda mais a juventude, os movimentos, aqueles que defendem os direitos humanos e a vida para continuarmos a mobilização com intuito de convencer a sociedade a reverter esse quadro triste de um Congresso que flerta com a barbárie”

Gabriel Medina, secretário nacional de Juventude

cometido. Esse princípio está de pleno acordo com a fé cristã, que nos ensina a fazer a diferença entre o pecador e o pecado, amando o primeiro e condenando o segundo”, expressam, em nota, os bispos Dom Sergio da Rocha, Dom Murilo S. R. Krieger e Dom Leonardo Ulrich Steiner, respectivamente, presidente, vice-presidente e secretário-geral da CNBB.

“A comoção não é boa conselheira e, nesse caso, pode levar a decisões equivocadas com danos irreparáveis para muitas crianças e adolescentes, incidindo diretamente nas famílias e na sociedade. O caminho para pôr fim à condenável violência praticada por adolescentes passa, antes de tudo, por ações preventivas como educação de qualidade, em tempo integral; combate sistemático ao tráfico de drogas; proteção à família; criação, por parte dos poderes públicos e de nossas comunidades eclesiais, de espaços de convivência, visando à ocupação e a inclusão social de adolescentes e jovens por meio de lazer sadio e atividades educativas; reafirmação de valores como o amor, o perdão, a reconciliação, a responsabilidade e a paz.”

Já o secretário nacional de Juventude, Gabriel Medina, cuja pasta é ligada diretamente à Presidência da República, afirma que “o governo rejeita qualquer forma de violência e não é tolerante com a impunidade”, mas que o “Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê medidas punitivas

aos adolescentes desde os 12 anos”. “Isso a sociedade precisa entender.”

Na opinião de Medina, a mobilização até agora foi vitoriosa. “A Câmara queria aprovar a redução da maioria penal para qualquer tipo de crime. Conseguimos esclarecimento da sociedade e mobilização política para reduzir o relatório. Então ficamos com uma PEC que se restringia à redução perante crimes hediondos. E esse texto foi derrotado. Mas dia 1º de julho fomos pegos de surpresa por causa de uma manobra do presidente da Câmara, a portas fechadas e sem participação popular, sem cumprir uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). A Câmara aprovou a redução, mas com uma PEC que é mais limitada, retirando os crimes de tráfico e de roubo qualificado. Isso porque cada vez mais a PEC vai sendo desidratada com o esclarecimento da sociedade”, considera.

“Acho que a gente não pode deixar de reconhecer as vitórias. E nós apostamos muito que a PEC não passe no Senado. Vamos continuar nesse trabalho de esclarecer sobre o ECA e avançar nas políticas públicas de educação, cultura, reforçar o Plano Juventude Viva, que previne a violência com a juventude porque a juventude é a principal vítima e não autora da violência no país. Agora vamos convocar ainda mais a juventude, os movimentos, aqueles que defendem os direitos humanos e a vida para continuarmos a mobilização com intuito de convencer a sociedade a

reverter esse quadro triste de um Congresso que flerta com a barbárie.”

Há que se notar que a importância e o papel essencial da educação permeiam os discursos de todos aqueles que creem, parafraseando o trágico grego Sófocles, na construção de pontes em lugar de muros. “Nossa aposta é no sentido de diminuir a distância entre a legislação existente de proteção aos direitos dos adolescentes e a sua concretização”, disse Enid Rocha, do Ipea, na coletiva. “Mostramos que existe um Sistema Nacional Socioeducativo, mostramos que as medidas em meio aberto no âmbito da política nacional de assistência social vêm avançando. Então, a aposta é em políticas sociais, na inclusão desses 1,7 milhão de meninos e meninas que não estudam, não trabalham, daqueles outros que só trabalham, daqueles 27% que não concluíram o ensino fundamental embora tenham de 15 a 17 anos”, completou. “Apostamos na escola e na implementação do Sistema Nacional Socioeducativo, em aproximar o Estado desse público. Não só o Estado, até porque a Constituição Federal coloca que a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente é responsabilidade do Estado, da sociedade e da família. Por isso é que muitas das políticas sociais do governo familiar buscam o fortalecimento familiar e comunitário.” Para que, ao invés de entre os muros da prisão, nossa juventude possa ser formada entre as pontes da escola. 

Um dos grupos que mais atuou no Congresso pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) foi o movimento estudantil. Entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinha como bandeira principal no PNE os 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para o setor, também pressionaram pela manutenção das políticas de gênero no texto.

Os planos de educação – nacional, estaduais e municipais – contêm diretrizes, metas e estratégias para a política educacional durante dez anos. Para o próximo período, mesmo sem o termo gênero na proposta final do plano, organizações de juventude avaliam que é possível levar o debate para a sociedade, por meio não somente da educação formal, a partir da autonomia do professor, mas também pela educação informal, utilizando recursos mais populares e atraentes como atividades culturais.

Após a Comissão Especial formada para analisar o PNE ter suprimido do texto os termos “gênero” e “orientação sexual”, em abril de 2014, os planos locais também vêm sendo modificados por conta do lobby das instituições confessionais.

Devido a essa influência nos parlamentos, a integrante da coordenação nacional do Levante Popular da Juventude, Élide Elena, 26 anos, explica que a estratégia da organização tem sido levar o debate para além da escola. “Construímos dentro do movimento setores com esse foco e preocupação em debater a diversidade que existe na sociedade. A ideia é atingir mais e mais pessoas com visões distorcidas dessa realidade. Utilizamos música, teatro, dança, fanzine, filme, oficinas de formação, além de atos de rua para denunciar a desigualdade de gênero”, explica a militante.

Dentro das universidades, o movimento estudantil vem contribuindo de tal forma que atualmente existem

Estudantes apostam na autonomia e em atividades além dos muros



centenas de coletivos feministas e espaços onde as mulheres podem discutir e se organizar. É o que conta Carina Vitral, 26, presidenta da UNE, que entende que a melhor maneira de defender políticas de gênero é criar cada vez mais espaço para elas em todas as frentes: “Há um empoderamento grande nas universidades e um dos reflexos é um aumento no número de mulheres eleitas como lideranças nas três principais entidades de estudantes, a UNE, a Ubes e a ANPG, além de outras que estão à frente das uniões estaduais e municipais de estudantes”.

Carina Vitral, eleita em 2015, sucedendo outra mulher à frente da entidade, acompanha com preocupação a forma como vem sendo travado o debate nas votações dos planos de

educação: “É um reflexo muito infeliz da atual representação política do País, que tem o Congresso Nacional mais conservador desde o período da ditadura militar e se reproduz também regionalmente, nos estados e municípios”.

Ela avalia que retirar a diretriz sobre as questões de gênero na educação é “emblemática por revelar, exatamente, o resultado da exclusão feminina na política, o mesmo acontece com a população LGBT, negros, índios, jovens”.

A presidenta da UNE enfatiza que essa é uma das urgências da política educacional brasileira e defende a autonomia dos profissionais, também nas instituições de nível superior, para que o assunto seja abordado. “Sabemos

que há muitos professores e professoras nas redes de ensino conscientes da necessidade dessa temática e acreditamos que isso deva ser debatido nas universidades e também por meio dos programas de requalificação dos docentes nos estados e municípios”, diz.

Lutas locais

O movimento estudantil organiza, por meio de suas secretarias de mulheres, em diversas regiões do país, ações para desconstruir os padrões comportamentais que refletem as desigualdades dentro das escolas e das universidades, como o Encontro de Mulheres Estudantes (EME).

Os estudantes estão em diversas frentes de atuação, como a luta pelas creches, pelo fim da violência contra a mulher, nos coletivos feministas das universidades, entre outros. Também há uma diretoria LGBT na UNE e no Levante também é uma das bandeiras de luta.

Recentemente, em algumas localidades vêm conseguindo atuar para barrar manobras com o objetivo de aprovar planos de educação sem debate público. Como em São Paulo, onde o Plano Estadual de Educação (PL 1083/15) tramita em regime de urgência, na Assembleia Legislativa, e os deputados da base aliada do governo Geraldo Alckmin, autor do PL, tentaram colocar em votação antes



Foto: UNE divulgação

Sexto Encontro de Mulheres da UNE, em Curitiba, maio 2015

“Retirar a diretriz sobre as questões de gênero na educação é emblemática por revelar, exatamente, o resultado da exclusão feminina na política, o mesmo acontece com a população LGBT, negros, índios, jovens”

Carina Vitral, presidenta da UNE



Foto: Vitor Vogel/Divulgação

que ele fosse debatido com a sociedade, ignorando emendas propostas em audiências anteriores que debateram o tema. Para impedir essa manobra, movimentos como a União Estadual de Estudantes (UEE) ocuparam a casa legislativa para impedir que isso ocorresse, no último dia 16 de setembro.

Entre as reivindicações das organizações e entidades está a inclusão de uma política de gênero. Um documento, de outubro deste ano, assinado por diversas entidades como Ação Educativa, Central de Movimentos Populares, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), União Brasileira de Mulheres (UBM), além da UEE, denuncia a inconsistência do PL 1083, as manobras políticas para ele ser aprovado, além da ausência de ações que combatam “as desigualdades entre homens e mulheres, brancos e negros, à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”.

Mídia

A ausência de representatividade das mulheres na mídia também foi citada pelas militantes. Elida Elena lembra que tanto quanto na escola, os meios de comunicação também reproduzem o machismo em seus programas e propagandas. “Pior. Com seu poder de influência faz com que também as mulheres absorvam essa lógica, distorcendo seu contexto na sociedade brasileira, e não apresenta os problemas reais gerados pela sociedade machista”, diz a representante do Levante.

Carina Vitral observa que para alcançar a igualdade de gênero também será necessário que os espaços na comunicação sejam democratizados e entendidos como públicos. “É necessário lembrar, por exemplo, que as rádios e TVs do país são concessões públicas e que precisam atender aos interesses da sociedade como a superação da violência contra a mulher, o machismo e a LGBTfobia”, conclui. 🌐

“Utilizamos música, teatro, dança, fanzine, filme, oficinas de formação, além de atos de rua para denunciar a desigualdade de gênero”

Elida Elena, coordenação nacional do Levante Popular da Juventude



Os estudantes estão em diversas frentes de atuação, como a luta pelas creches, pelo fim da violência contra a mulher, nos coletivos feministas das universidades, entre outros

Discussão sobre gênero é pauta de audiência pública no Congresso

Foto: Divulgação



Mais uma vez a onda conservadora e retrógrada que assola a política brasileira se fez presente. Nesta terça-feira, 10, deputados defenderam que o Congresso Nacional tenha a palavra final sobre a discussão de gênero nas escolas.

Em audiência pública na Comissão de Educação sobre a inclusão da discussão sobre gênero e orientação sexual entre as diretrizes da Conferência Nacional de Educação de 2014, os deputados que pediram o debate argumentam que essa diretriz contraria decisão do Congresso. Ao analisar o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei

13.005/14), os parlamentares retiraram a questão de gênero e orientação sexual do texto, por considerá-la inadequada ao ambiente escolar.

A remoção do trecho, que diz que escolas devem promover a igualdade de gênero, raça e orientação sexual, foi criticada por entidades do setor educativo. “Mais uma vez a liberdade das pessoas foi colocada de lado. A educação foi colocada de lado. A democracia foi colocada de lado”, criticou a Coordenadora da Secretaria de Gênero e Etnia da Contee, Rita Fraga.

Puderam ser vistos depoimentos preconceituosos, como do deputado Professor Victório Galli

(PSC-MT) que o objetivo da discussão sobre gênero é destruir as famílias: “As crianças estão vulneráveis nas escolas, onde está sendo violada sua sexualidade”. Ele ainda disse que “a natureza tem que ser respeitada. Com essa teoria da ideologia de gênero, os seres humanos vão diminuir, porque estão juntando barbudo com barbudo, mulher com mulher.”

A Contee mais uma vez se posiciona a favor do debate sobre as diferenças e contra a desigualdade entre homens e mulheres em relação à renda, à formação e a presença de uma educação sexista, homofóbica e discriminatória.

13 DE MARÇO: Contee marca forte presença nos atos realizados em todo o Brasil



Diretoras e diretores da Contee participaram das mobilizações realizadas no dia 13 de março em todo o Brasil em defesa dos trabalhadores, da Petrobras, da reforma política, da democracia e contra o golpe orquestrado por setores descomprometidos como o desenvolvimento e a soberania do Brasil. Antes, a Confederação lançou também uma convocação em suas redes sociais com o mote “Quem trabalha com educação, não dá espaço para a ditadura. Vamos ocupar as ruas em defesa do Brasil, da Petrobras e contra o golpe”.

Em São Paulo, a coordenadora-geral da Confederação, Madalena Guasco Peixoto, e a coordenadora da Secretaria de Políticas Internacionais, Maria Clotilde (Tide) Lemos Petta, foram exemplos de diretores que, mesmo com chuva, ajudaram a tomar a Avenida Paulista nessa sexta-feira de luta. “Ninguém supera quem na história desse país lutou sempre!!!!”, escreveu Madalena em seu perfil no Facebook sobre as milhares de pessoas que participaram do ato. “Feliz, mostramos o que tínhamos que mostrar. A Glo-

Com a presença dos diretores Cássio Bessa e Luiz Gambim, manifestação no Rio Grande do Sul aconteceu um dia antes e tomou as ruas de Porto Alegre



Post publicado pela Confederação nas redes sociais conclamou a categoria a se mobilizar



Nem a chuva desanimou as diretoras Tide e Madalena na Paulista; em Juiz de Fora, Cristina Castro discursou durante a manifestação

bo não teve como não admitir que tomamos de cabo a rabo a Avenida Paulista e a Consolação!!!!!! Isso é só o começo... Estaremos prontos e cada vez mais fortes”, postou ainda. “Faça chuva, faça sol estaremos na luta. Ditadura nunca mais.” Tide também publicou em seu perfil: “Nem chuva nem vento atrapalha o movimento! Viva a luta do povo!”

Em Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais, a coordenadora da Secretaria de Comunicação Social, Cristina de Castro, discursou durante o ato realizado na Rua Halfeld, no coração da cidade. “Nossa luta é assim: todos os dias e não com data agendada... Em defesa da democracia, da Petrobras, do Brasil e contra o golpe”, escreveu depois em seu Facebook.

Manifestação antecipada

O 13 de março começou com 24 horas de antecedência no Rio Grande do Sul. No dia 12, cerca de 10 mil pessoas, entre trabalhadores, representantes de movimentos sociais e dirigentes sindicais se reuniram na Refinaria Alberto Pasqualini e tam-

bém em frente à Assembleia Legislativa do RS e ao Palácio do Piratini numa ampla manifestação contra a corrupção, pela reforma política com participação popular e em defesa da Petrobras. O ato contou com a participação da Feteesul e dos sindicatos da base de professores e técnicos administrativos do ensino privado. Também participaram as centrais sindicais, a FUP e movimentos como a Via Campesina e o Levante Popular da Juventude.

“Esta é uma importante manifestação do povo brasileiro, dos movimentos sociais em defesa da Petrobrás”, declarou, em vídeo gravado pela Feteesul, o coordenador da Secretaria-Geral da Contee e diretor do Sinpro/RS, Cássio Filipe Galvão Bessa. “Getúlio Vargas fez a campanha ‘O Petróleo é nosso’ e durante vários anos a Petrobras se constituiu como uma grande empresa, não só do Brasil, como a quarta maior petrolífera do mundo. E é importante para o Brasil ter essa empresa que movimenta a economia. E principalmente para nós, educadores, a importância do pré-sal para que se invista dinheiro

da exploração do petróleo na educação”, acrescentou. “Então, estamos aqui para defender a Petrobras, para não deixar os interesses privatistas assumirem, como eles querem. Nós vamos defender sempre essa empresa fundamental e estratégica para o Estado Brasileiro.”

Em seu perfil no Facebook, o diretor da Contee também escreveu que “o petróleo é do Brasil e vai para a educação” e que, “além da defesa do Brasil e dos direitos sociais, também esperamos a limpeza dos corruptos e corruptores; em todas as esferas. Isso inclui empresas públicas e privadas. Viva a democracia!”.

O coordenador da Secretaria da Saúde do Trabalhador da Contee e diretor do Sintae/RS, Luiz Gambim, também participou do ato. “É um momento histórico para nós, trabalhadores do Brasil, em que nos colocamos na rua para defender o maior patrimônio que esse país tem, que é a democracia”, enfatizou, em vídeo. Sobre as questões econômicas referentes à Petrobras, ele destacou que a empresa é “um patrimônio do povo que não podemos deixar privatizar”. 

Redução da maioridade penal não resolve; escola, sim

Quando, no último dia de março deste ano, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 171/93, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, o placar de 42 votos a favor e 17 contra evidenciou pela primeira vez o quanto o conservadorismo do Congresso Nacional eleito no ano passado, dominado pelas bancadas BBB – do boi, da Bíblia e da bala – ameaça jogar o Brasil num abismo de retrocesso sem precedentes.

Enquanto isso, no Senado, embora a CCJ tenha rejeitado, em 2014, mudanças no limite de idade para responsabilização penal previstas na PEC 33/2012, que prevê algumas possibilidades para que maiores de 16 anos sejam julgados como adultos, a proposta ainda pode ser analisada, já que o autor, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e outros senadores apresentaram recurso para a sua votação em Plenário. Agora a proposta depende de inclusão na ordem do dia.

Tema de controvérsias nas duas Casas, o assunto também tem movimentado o debate na sociedade. Por isso, a Contee, como entidade de trabalhadores em educação, que lidam cotidianamente com a juventude, não se furtou de se posicionar contra a matéria e lançou post nas redes sociais. “A redução da maioridade penal em nada vai resolver o problema da criminalidade no Brasil. Pelo contrário, alterar a legislação fará com que os mais jovens sejam cada vez mais inseridos no crime. Aliás, pesquisas mostram que países que reduziram a maio-



Artes: D3 Comunicação

ridade penal não diminuíram seus índices de criminalidade”, aponta o coordenador da Secretaria de Juventude da Confederação, Rodrigo Pereira de Paula. “O problema dessa parcela da juventude é social e é fundamental que a Contee, como entidade educacional, se engaje nessa mobilização. Porque o debate precisa ser feito dentro das escolas, com a própria juventude.”

A educação é primordial para a construção da cidadania, mas, infelizmente, no Brasil, muitos jovens pobres ainda são excluídos desse processo. Nas palavras do Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal, “puni-los com o encarceramento é tirar a chance de se tornarem cidadãos conscientes de direitos e deveres, é assumir a própria incompetência do Estado em lhes assegurar esse direito básico que é a educação”.



É preciso ressaltar que leis penais mais severas não sanarão as causas da violência e da desigualdade social. “Precisamos valorizar o jovem, considerá-los como parceiros na caminhada para a construção de uma sociedade melhor. E não como os vilões que estão colocando toda uma nação em risco”, afirma o movimento.

Portanto, para a Contee, redução da maioridade penal não resolve. Escola, sim. 



Coordenador da Secretaria de Juventude da Contee participa da mobilização contra a redução da maioridade penal

Uma ampla mobilização da juventude contra a proposta de redução da maioridade penal aconteceu no dia 30 de junho, em Brasília, dia em que o projeto foi posto em votação no Plenário da Câmara dos Deputados. O coordenador da Secretaria de Juventude, Rodrigo de Paula, esteve presente no ato e se pronunciou, em nome da Contee, em defesa dos jovens e da educação.

“Estou aqui em nome da Contee, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, que reúne todos os professores da rede privada, além também dos técnicos administrativos. Nós estamos aqui hoje para dizer para vocês, moçada, mostrar que nós, a Contee e os professores do Brasil, somos contra a redução da maioridade penal. O que precisamos não

é colocar nossa juventude na cadeia. O que precisamos é de escola de qualidade, de acesso à cultura”, destacou.

“Infelizmente, Eduardo Cunha, que eu acho que nunca foi jovem na vida, tem coragem de, ao invés de construir um projeto de lei que vise a uma maior qualidade da educação, vir querer reduzir a maioridade, porque eles não têm competência de construir a educação e acham que construir presídio é a alternativa. Então, estamos aqui, companheiros, dizendo que, nós, os professores do Brasil, somos contra a redução e nós vamos fazer o debate em sala de aula. Logo mais estaremos lá, dentro do Congresso Nacional, com toda a nossa bancada, contra a maioridade penal, em defesa da juventude e em defesa de uma educação pública de qualidade.”

Contee manifesta repúdio à agressão sofrida pelos estudantes na Câmara

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – Contee manifestou seu total repúdio à truculência e agressão com que a juventude foi tratada no dia 11 de junho, na Câmara nos Deputados. Durante uma manifestação pacífica contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171, cujo relatório seria votado na data, cerca de 200 representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e da União da Juventude Socialista (UJS) foram atacados por seguranças da Casa Legislativa com spray de pimenta e violência, além de serem chamados de “vagabundos”. Alguns jovens tiveram de ser levados ao departamento médico.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB/SP) e as presidentas da UNE e Ubes, Carina Vitral e Bárbara Melo, acionaram os órgãos competentes para denunciar a agressão e a Contee se junta a eles para cobrar providências. Diante do Congresso mais conservador eleito desde 1964, como reiterado também pela presidenta do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), Ângela Guimarães, a Contee aproveitou para denunciar que, além da truculência, também representará um enorme ataque aos direitos da juventude caso a PEC 171, que reduz a maioridade penal no Brasil, seja aprovada. Por isso, a Confederação está ao lado das entidades representativas de jovens e estudantes na luta contra a PEC 171. Redução da maioridade penal não resolve; escola, sim!

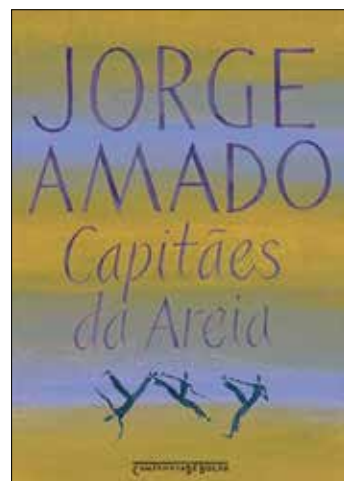


LIVROS

Capitães de areia

Autor: Jorge Amado
Editora: Companhia de Bolso

O romance, que retrata o cotidiano de um grupo de meninos de rua, procura mostrar não apenas os assaltos e as atitudes violentas de sua vida bestializada, mas também as aspirações e os pensamentos ingênuos, comuns a qualquer criança. No início da obra há uma série de reportagens fictícias que explicam a existência de um grupo de menores abandonados e marginalizados que aterrorizam a cidade de Salvador e é conhecido por Capitães da Areia. Após essa introdução, inicia-se a narrativa que gira em torno das peripécias desse grupo, que sobrevive basicamente de furtos. Porém, apesar de certa linearidade, a história é contada em função dos destinos de cada integrante do grupo de forma a montar um quebra-cabeça maior.



Longe da árvore

Autor: Andrew Solomon
Editora: Companhia das Letras

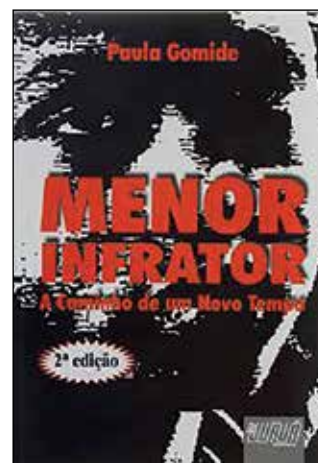
Diagnosticado com dislexia na infância, Andrew Solomon conta que a superação dessa deficiência só foi possível porque ele pôde contar com a paciente dedicação dos pais, em especial de sua mãe, num lar estruturado. Criado num ambiente privilegiado – a culta classe média judaica de Nova York –, Solomon sempre teve

acesso a todo afeto e atenção terapêutica necessários ao tratamento.

Entretanto, quando sua homossexualidade latente transpareceu na adolescência, os mesmos pais que sempre o haviam cercado de carinho e compreensão reagiram com intolerância e vergonha. Ele teve de se afastar traumáticamente da família para conseguir vivenciar a plenitude de sua identidade sexual.

Muitos anos depois, para tentar entender as relações entre essas duas identidades divergentes das expectativas dos pais, e como elas puderam provocar sentimentos tão antagônicos, o autor realizou uma abrangente pesquisa sobre o universo da diversidade em famílias com filhos marcados pela excepcionalidade.

Surdos, anões, portadores de síndrome de Down, autistas, esquizofrênicos, portadores de deficiências múltiplas, crianças prodígios, filhos concebidos por estupro, transgêneros e menores infratores: dez “identidades horizontais” (isto é, divergentes dos padrões familiares, linguísticos e sociais predeterminados), sujeitas em graus distintos a influências genéticas e ambientais, compõem a constelação de temas deste “tour de force” sobre os sentidos de ser diferente e, principalmente, de aprender a amar e respeitar as diferenças.

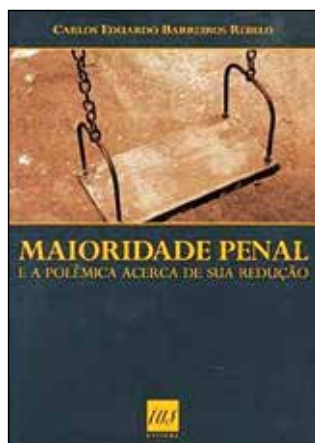


Menor infrator – A caminho de um novo tempo

Autora: Paula Gomide
Editora: Juruá

O livro vem trazer uma contribuição que se harmoniza com a proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente, que reorienta as ações políticas e técnicas da área social. O programa de atendimento a adolescentes infratores descritos pela autora é fruto de uma pesquisa profunda e séria, inédita no Brasil, que gerou tese de doutorado defendida e aprovada na USP.

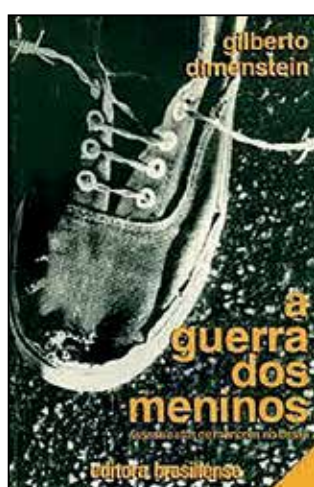
A orientação e as análises feitas por Paula Gomide, demonstrando as dificuldades e a maneira mais apropriada de inserir o infrator ao mercado de trabalho, têm servido a muitos que se dedicam a avançar nesse novo tipo de atendimento à parcela carente da sociedade.



Maioridade penal e a polêmica acerca de sua redução

Autor: Carlos Eduardo Barreiro Rebelo
Editora: IUS

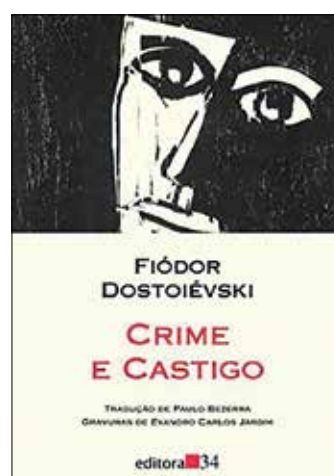
A obra tem por finalidade mostrar a controvérsia acerca da redução da maioridade penal, abordando seus principais aspectos e posicionamentos a respeito da questão. São demonstradas as possibilidades de alteração do patamar etário referente à maioridade penal e realizadas abordagens comparativas acerca de sua redução, objetivando demonstrar o que de efetivo se teria com a redução discutida ou com a manutenção do patamar nos moldes atuais. É feita ainda uma análise do Estatuto da Criança e do Adolescente e o enfrentamento da constitucionalidade da redução da maioridade penal, além dos argumentos contrários e favoráveis à medida.



A guerra dos meninos - Assassinatos de menores no Brasil

Autor: Gilberto Dimenstein
Editora: Brasiliense

Impossível manter-se indiferente diante desta revelação: no Brasil há grupos de extermínio assassinando crianças – uma por dia. São meninos e meninas torturados e maltratados rotineiramente por grupos encarregados de “manter a ordem”. Tal é a realidade do menor marginalizado em várias cidades brasileiras, como prova o relato estarrecedor do jornalista Gilberto Dimenstein.

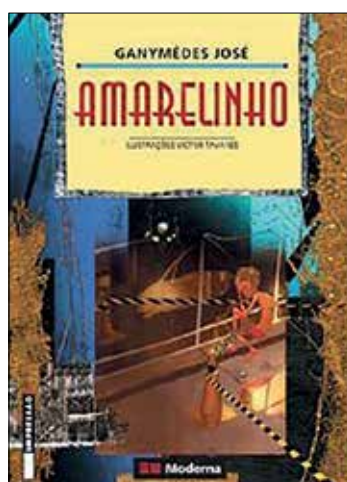


Crime e castigo

Autor: Fiódor Dostoiévski
Editora: Várias

Um dos maiores romances de todos os tempos, narra a história do estudante Raskólnikov, que, vendo-se

na miséria, assassina uma velha usurária e não consegue livrar-se do peso do remorso. Embora o personagem principal não seja menor de idade, a trama oferece uma profunda reflexão sobre punição.

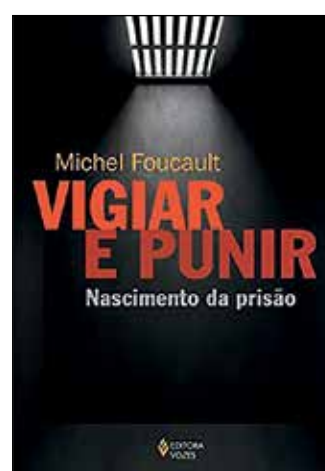


O Amarelinho

Autor: Ganymédes José
Editora: Moderna

“O Amarelinho” é o retrato da criança abandonada e do menor infrator. Nesse sentido, o livro não poupa cores realistas. Sem apelar para sensacionalismos, o autor vai narrando a trajetória desse menino inocente até a raiz, que não tem consciência de seu drama e da gravidade das infrações que comete. Age quase que instintivamente, alegrando-

se com o pouco que consegue e conseguindo o pouco que quer do jeito que encontra – sem culpas, sem remorsos, num total desconhecimento de padrões morais e éticos. Embora dura, a história é perfeitamente verossímil e pode ser um ponto de partida para a conscientização desse problema e um movimento em direção à sua real compreensão, que deve anteceder qualquer julgamento.



Vigiar e punir

Autor: Michel Foucault
Editora: Vozes

Trata-se de um estudo científico, documentado, sobre a evolução histórica da legislação penal e respectivos

métodos coercitivos e punitivos, adotados pelo poder público na repressão da delinquência. Métodos que vão desde a violência física até instituições correcionais.

Homofobia na educação

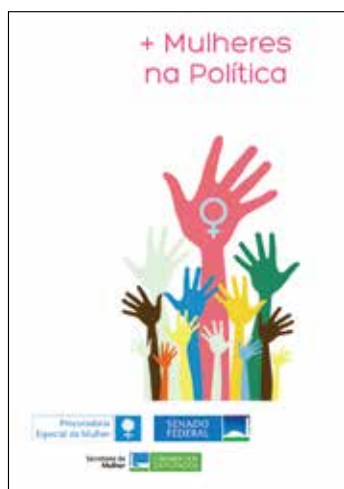
Autor: Toni Reis

Editora: Appris

O ativista dos direitos LGBT, Toni Reis, lançou neste ano o livro "Homofobia no ambiente educacional – o silêncio está gritando", da Editora Appris, valor R\$ 58, resultado de sua pesquisa de doutorado e conta com prefácio da Unesco.

Reis procura demonstrar, na primeira parte da obra, que há uma cronologia ascendente da homofobia, demonstrando que relacionamentos homoafetivos aceitos em determinadas sociedades antigas, passaram a ser considerados pecado, crime e doença. De forma criteriosa, faz uma análise do que são direitos humanos e qual é a situação atual desses direitos para a população LGBT.

Na segunda parte, é apresentada a pesquisa qualitativa feita por ele, em 2009 em duas escolas municipais e dois colégios estaduais de Curitiba, onde reside, e conclui que, apesar de existirem iniciativas para a promoção dos direitos LGBT no ambiente educacional, elas não chegam à sala de aula. Portanto, uma de suas conclusões é a produção de materiais didáticos, de apoio, para reverter esse quadro.



Bancada feminina lança segunda edição do Livreto Mais Mulheres na Política

Autor: Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal / Secretaria da Mulher na Câmara
Editora: Congresso Nacional

Cerca de 150 mulheres entre dirigentes de movimentos sociais, ministras, senadoras e deputadas federais participaram do lançamento da segunda edição do material Mais Mulheres na Política, uma iniciativa da Procuradoria da Mulher do Senado. Elas ecoaram a palavra de ordem "Reforma, política, tem que acontecer, eu quero ver o povo e as mulheres no poder".

A cartilha apresenta evolução da mulher na política brasileira, desde a conquista do direito ao voto até a presença e evolução no Parlamento. Disponibiliza um mapa impresso, feito pela ONU Mulheres e União Interparlamentar, mostrando a baixa participação das brasileiras. Com 76 páginas, a cartilha é impressa e também está disponível para consulta no site do Senado Federal.

Confira no link encurtado <http://goo.gl/f4Oc6j>



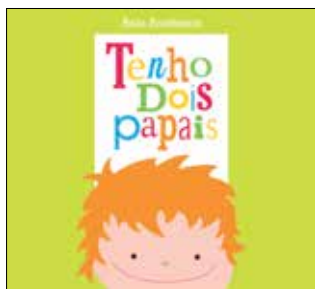
Como Conversar com um facista

Autor: Marcia Tiburi
Editora: Record

Em tempos de nervos à flor da pele e agressivos embates políticos, a filósofa Marcia Tiburi reflete questões da cultura

política experimentada cotidianamente, sem cair no academicismo no livro Como conversar com um fascista (Editora Record, R\$ 42). Ela leva o leitor a pensar em um método, ou uma postura, para contrapor o discurso de ódio, seus reflexos na sociedade brasileira, levando em conta a repercussão nas redes sociais da internet e do mundo real. O diálogo é posto como forma de resistência, a partir da análise de notícias recentes sobre acontecimentos políticos para demonstrar que é possível falar sobre temas complexos de maneira que todos compreendam.

A obra reúne ensaios inéditos e alguns já publicados pela Revista Cult e tem apresentação do juiz de Direito do Tribunal do Rio de Janeiro, Rubens Casara, e prefácio do deputado federal Jean Wyllys.

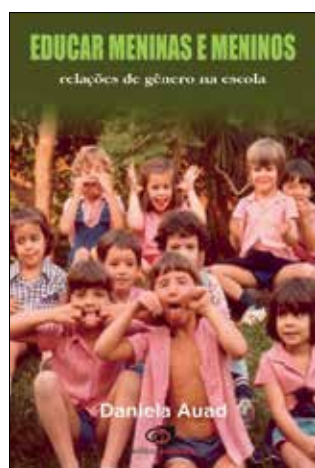


Tenho dois Papais

Autor: Bela Bordeaux
Editora: Publicação independente

Livros infantis com temáticas de gênero ainda não são publicados facilmente por editoras. Por conta disso, a escritora Bela, e sua equipe, levou o projeto do livro *Tenho dois Papais* (R\$ 31,50) para um site de financiamento coletivo. O resultado foi um sucesso, obtendo mais de 400 apoiadores, e atualmente pode ser comprada diretamente pelo site <http://www.tenhodoispapais.com.br>. Ao final da campanha, os produtores anunciaram que todo o dinheiro arrecadado com a venda será usado para financiar novos projetos sobre o tema família e diversidade.

A história não é muito diferente das demais famílias, procura mostrar que toda e qualquer família, seja a composição que tiver, vive momentos ruins e felizes. A obra é voltada para crianças entre 3 e 6 anos, mas também muito recomendada para adultos.



Relações de gênero na escola

Autor: Daniela Auad
Editora: Contexto

Obra da pedagoga, mestra em História e Filosofia da Educação e doutora em Sociologia da Educação pela Faculdade de Educação da USP, Daniela Auad, discute estereótipos aplicados a ambos os sexos e como trabalhar com eles na sala de aula. O livro *Educar meninas e meninos - relações de gênero na escola* (Editora Contexto, 96 página, R\$ 23), aborda a construção das diferenças hierarquizadas entre os sexos, analisa a escola mista e defende a ideia da coeducação, uma educação que foge aos padrões tradicionais estereotipados de separação das “coisas de menino” e das “coisas de menina”.



A Princesa e a Costureira

Texto: Janaina Leslão
Ilustrações: Junior Caraméz
Editora: Metanoia

O livro infanto-juvenil *A Princesa e a Costureira*, da Metanoia Editora, R\$ 35, conta a história da princesa Cíntia, que quando nasceu foi prometida em casamento para Febo, o príncipe do reino vizinho. Quando chegou a época da cerimônia, a princesa foi encomendar seu vestido e, então, conheceu a costureira Istar, por quem se apaixonou. Mas, quando Cíntia anunciou para os pais sua mudança de planos para ficar com a costureira, seu pai mandou que a prendessem na torre do castelo, pois desafiou o interesse e a tradição dos reinos, que dizia que moças deveriam se casar com rapazes. Para ter um final feliz, o casal contará com ajuda da irmã da princesa, do próprio príncipe, da Fada Madrinha e de uma Agulha Mágica. O livro pode auxiliar famílias e escolas, na discussão sobre a diversidade e na luta mais ampla pelos direitos das pessoas LGBT.



O petróleo - Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro

Autor: Daniel Yergin
Editora: Paz e Terra

Vencedor do prêmio Pulitzer, este livro traça a abrangente história do combustível mais importante do mundo. Colocando-o no centro das decisões mais importantes do século XX, o especialista Daniel Yergin, referência internacional no assunto, mostra de que maneira o petróleo influenciou guerras, suscitou transformações tecnológicas e gerou as maiores riquezas do planeta. Nesta edição revista, ampliada e ilustrada, povoada por nomes como Churchill, Hitler, Stálin e Saddam Hussein, o leitor brasileiro poderá encontrar também um epílogo com informações essenciais sobre o contexto brasileiro e as perspectivas do pré-sal.

A busca

Autor: Daniel Yergin
Editora: Intrínseca

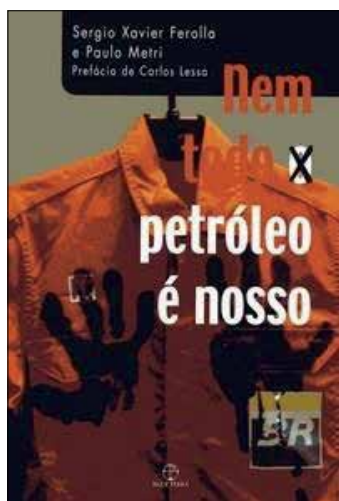
Do mesmo autor, o livro demonstra que a questão energética é o motor de transformações políticas e econômicas globais da atualidade. “A busca” é um relato arrebatador sobre um problema que afeta o mundo contemporâneo: onde encontrar a energia que tanto precisamos. Neste livro, o autor aborda as formas de energia tradicionais sobre as quais nossa civilização se ergueu e as novas fontes que prometem substituí-las. Yergin devassa os bastidores do mercado petrolífero, analisando o aumento dos preços, a corrida pelos estoques do antigo império soviético e as fusões colossais que transformaram o cenário mundial. E encara algumas perguntas polêmicas: o petróleo vai acabar? Seria ele capaz de provocar um conflito inevitável entre a China e os Estados Unidos? Como a turbulência do Oriente Médio afetará o futuro dos estoques globais? O autor relata a história surpreendente e, às vezes, turbulenta da energia nuclear, do carvão, da eletricidade e do gás natural e oferece uma perspectiva singular sobre o problema das mudanças climáticas. E também nos conduz pelo ressurgimento das energias renováveis, explorando o potencial de recursos como o vento, o sol e os biocombustíveis.



Nem todo o petróleo é nosso

Autores: Sergio Xavier Ferolla e Paulo Metri
Editora: Paz e Terra

“Os autores deste livro demonstram que hoje, devido a descaminhos na política energética brasileira, ‘Nem todo o petróleo é nosso’. Dentre os recursos naturais de maior importância e, por isso, alvo da maior cobiça internacional, destaca-se o petróleo, fonte de energia para muitas atividades essenciais, principalmente o transporte, mas também para o rico e amplo espectro da petroquímica. O Brasil criou o seu modelo de aproveitamento do ouro negro, consolidado na década de 1950, com a criação da Petrobras, garantindo para os brasileiros os frutos de tão preciosa riqueza. Também traçou rumos adequados para a produção da hidroeletricidade e, mais tarde, para os biocombustíveis” (Adriano Murgel Branco).





O escândalo do petróleo e ferro

Autor: Monteiro Lobato
Editoras: Companhia Nacional e Brasiliense

O livro foi um protesto indignado contra a burocracia federal que “não perfura, nem deixa que se perfure” para encontrar petróleo, e uma denúncia à ação das grandes empresas estrangeiras assim como à submissão de nossas elites aos interesses delas. Quando reunido nas obras completas da Brasiliense, esse livro já estava na sua décima edição. O volume se completa com o relato da luta de Lobato para o uso de soluções brasileiras para a exploração do minério do ferro. Para ele, Volta Redonda não era a solução mais apropriada, defendendo que o grande futuro da nossa siderurgia estava na redução dos óxidos de ferro em baixa temperatura.



A tirania do petróleo

Autora: Antonia Juhasz
Editora: Ediouro

Com um texto minucioso sobre a indústria mais rentável do mundo, Antonia Juhasz investiga a verdade sobre a indústria petrolífera dos Estados Unidos e revela sua força global sem paralelos e influência sobre governantes dos mais diversos países. Escrevendo sobre uma indústria que prospera em segredo, Juhasz mostra como o petróleo consegue esconder

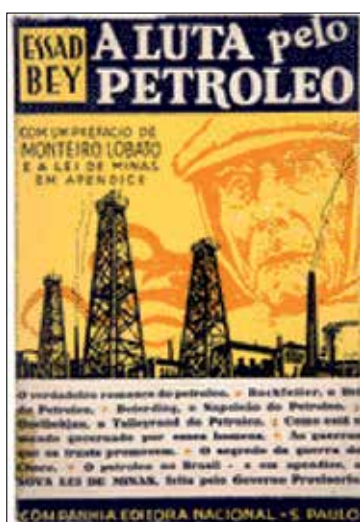
seus negócios dos políticos, legisladores e, principalmente, dos consumidores. Ela revela exatamente como o petróleo consegue o que quer – através de dinheiro, influência e mentiras.



As famílias do petróleo

Autor: Craig Unger
Editora: Record

“As famílias do petróleo” compõe uma investigação corajosa, que contradiz as explicações oficiais dos motivos dos ataques e ameaças do terrorismo fundamentalista islâmico aos Estados Unidos. Craig Unger revela como a equipe, as orientações e as políticas do presidente George W. Bush, de seu pai George H. W. Bush e de seus colaboradores entrelaçam-se há décadas com a família governante da Arábia Saudita, e até mesmo com partidários de Osama bin Laden. Revelações deste livro têm sido citadas pelos senadores Charles Schummer e Hillary Rodham Clinton por inserir em um contexto surpreendente ligações de Washington com os ataques de 11 de setembro, as duas guerras do Iraque e os atentados da Al-Qaeda.



A luta pelo petróleo

Autor: Essad Bey
Editora: Companhia Nacional

O livro, traduzido e publicado no Brasil por influência de Monteiro Lobato, denuncia a ineficiência do Serviço Geológico, órgão oficial encarregado das pesquisas, a quem acusa de encampar internamente a política dos trustes internacionais para o Brasil: “não tirar petróleo e não deixar que ninguém o tire”.



O contador de histórias

Dirigido por Luiz Villaça
Com Maria de Medeiros, Marco Antonio Ribeiro, Jú Colombo e Teuda Bara
Gênero: Drama
Nacionalidade: Brasil

Anos 1970. Aos 6 anos Roberto Carlos Ramos (Marco Ribeiro) foi escolhido por sua mãe (Jú Colombo) para ser interno na Fundação para o Bem-estar do Menor (Febem), a qual, segundo apregoava a propaganda, visava à formação de crianças em médicos, advogados e engenheiros. Entretanto, a realidade era bem diferente, o que fez com que Roberto aprendesse as regras de sobrevivência no local. Pouco depois de completar 7 anos, ele é transferido, passando a conviver com crianças de até 14 anos. Aos 13, ainda analfabeto, Roberto tem contato com as drogas e acumula mais de cem tentativas de fuga. Considerado irrecuperável por muitos, Roberto recebe a visita da psicóloga francesa Margherit Duvras (Maria de Medeiros). Tratando-o com respeito, ela inicia o processo de recuperação e aprendizagem de Roberto.

Pixote - A lei do mais fraco

Dirigido por Hector Babenco
Com Fernando Ramos da Silva, Marília Pêra e Jardel Filho
Gênero: Drama
Nacionalidade: Brasil

Pixote (Fernando Ramos da Silva) foi abandonado por seus pais e rouba para viver nas ruas. Ele já esteve internado em reformatórios e isso só ajudou na sua “educação”, pois conviveu com todos os tipos de criminosos e jovens delinquentes. Ele sobrevive se tornando um pequeno traficante de drogas, café e assassino, mesmo tendo apenas 11 anos. O filme de Hector Babenco mostra o cerco da criminalidade aos menores abandonados.



Quem matou Pixote?

Dirigido por José Joffily
Com Cassiano Carneiro, Tuca Andrada e Joana Fomm
Gênero: Drama
Nacionalidade: Brasil

A história de Fernando Ramos da Silva, um semianalfabeto que ficou conhecido ao interpretar o papel-título em “Pixote - A lei do mais fraco”. Porém, quando a fama acabou, ele não conseguiu trabalho como ator, se desesperou e acabou enveredando pelo crime, como o personagem que interpretou. Depois de retornar à criminalidade por influência dos irmãos, Fernando foi morto por policiais.



De menor

Dirigido por Caru Alves de Souza
Com Rita Batata, Giovanni Gallo e
Caco Ciocler
Gênero: Drama
Nacionalidade: Brasil



A jovem advogada Helena (Rita Batata) é defensora pública de menores infratores e vive com Caio (Giovanni Gallo), seu irmão caçula. Órfãos, os dois têm um relacionamento de muita cumplicidade, até o dia em que o rapaz comete um delito e torna-se réu na Vara da Infância e Juventude de Santos, local de trabalho de Helena.

Juízo

Dirigido por Maria Augusta Ramos
Gênero: Documentário
Nacionalidade: Brasil



“Juízo” acompanha a trajetória de jovens pobres com menos de 18 anos de idade diante da lei, entre o instante da prisão e o do julgamento por roubo, tráfico, homicídio. Com sequências filmadas em audiências reais e durante visitas ao Instituto Padre Severino, local de reclusão dos menores infratores, as imagens revelam as consequências de uma sociedade que manda os filhos ter “juízo”, mas não o pratica.

Entre os muros da prisão

Dirigido por Christian Faure
Com Carole Bouquet, Michel Jonasz e Emile Berling
Gênero: Drama
Nacionalidade: França

França, 1932. Yves Tréguier (Emile Berling) é um órfão de 14 anos encaminhado para um reformatório após tentar, por várias vezes, viajar para Nova Iorque escondido em um navio. No reformatório ele passa a ser protegido por Blondeau (Guillaume Gouix) das ameaças feitas por Molina (Anthony Decadi). Logo Yves e Blondeau fazem amizade com o adolescente Marcel “Fio de Ferro” Morand (Julien Bouanich), deixado na instituição pelo padrasto e que perdeu a mãe (Carole Bouquet) e o piano. Yves segue elaborando planos para fugir do local e partir rumo a Nova Iorque, só que agora deseja que Blondeau o acompanhe.





Flores do Oriente

Dirigido por Zhang Yimou
Com Christian Bale, Ni Ni, Xinyi Zhang
Gênero: Drama
Nacionalidade: China

Flores do Oriente conta as memórias de uma estudante chinesa sobre a invasão da China pelos japoneses, em 1937, conhecida como o Massacre de Nanquim, quando mais de 200 mil chineses foram mortos pelo Exército japonês, além do estupro de 20 mil mulheres. Durante a guerra, a menina, que estudava numa igreja católica, tentou fugir com as colegas de classe em um barco que seu pai havia arrumado. No entanto, nem todas conseguem embarcar e o grupo que permanece retorna e procuram refúgio numa igreja. Em meio aos dramas de guerra, conhecem o “maquiador de mortos” John Miller, e um grupo de prostitutas que se refugiam no mesmo local. Com esse enredo, o diretor chinês Zhang Yimou, o mesmo de O Clã das Adagas Voadoras, aborda preconceito, amizade e a cultura de seu país.

Azul é a cor mais quente

Dirigido por Abdellatif Kechiche
Com Léa Seydoux, Adèle Exarchopoulos, Salim Kechiouche
Gênero: Drama / Romance
Nacionalidade: França

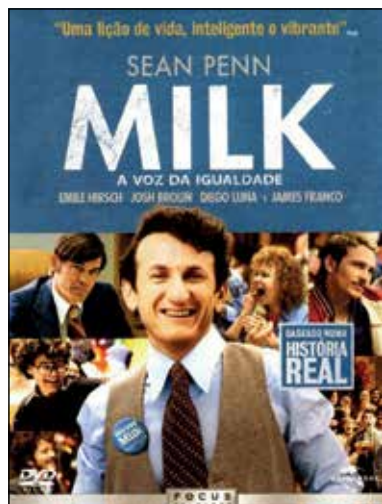
Aos 15 anos, Adèle (Adèle Exarchopoulos) tem sua primeira paixão por outra mulher. Sem poder revelar a ninguém seus desejos, ela se entrega por completo a este amor secreto, que tem cabelo azul, enquanto trava uma guerra com sua família e com a moral vigente. “La vie d’Adele”, do diretor franco-tunisiano Abdellatif Kechiche, que foi traduzido para o português como Azul é a cor mais quente”, ganhou a Palma de Ouro, do Festival de Cannes 2013, e fala da descoberta das relações homoafetivas.



Milk - A Voz da Igualdade

Dirigido por Gus Van Sant
Com Sean Penn, Josh Brolin, Emile Hirsch, Diego Luna
Gênero: Biografia, Drama
Nacionalidade: EUA

De 2008, o longa do diretor estadunidense Gus Van Sant (mesmo de Elefante), conta a história verídica do ativista gay Harvey Milk (Sean Penn), fundamental na garantia de direitos LGBT nos Estados Unidos, no início dos anos 1970. Entre os diversos prêmios que recebeu, conquistou o Oscar de melhor roteiro para Dustin Lance Black.





Sangue negro

Dirigido por Paul Thomas Anderson

Com Daniel Day-Lewis, Paul Dano, Russell Harvard e Dillon Freasier

Gênero: Drama

Nacionalidade: EUA

Virada do século XIX para o século XX, na fronteira da Califórnia. Daniel Plainview (Daniel Day-Lewis) é um mineiro de minas de prata derrotado, que divide seu tempo com a tarefa de ser pai solteiro. Um dia ele descobre a existência de uma pequena cidade no oeste onde um mar de petróleo está transbordando do solo. Daniel decide partir para o local com seu filho, H.W. (Dillon Freasier). O nome da cidade é Little Boston, sendo que a única diversão do local é a igreja do carismático pastor Eli Sunday (Paul Dano). Daniel e H.W. se arriscam e logo encontram um poço de petróleo, que lhes traz riqueza, mas também uma série de conflitos.

Syriana - A indústria do petróleo

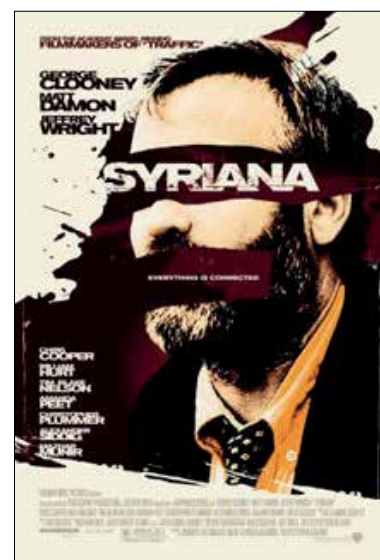
Dirigido por Stephen Gaghan

Com George Clooney, Matt Damon e Jeffrey Wright

Gênero: Drama / Espionagem

Nacionalidade: EUA

Em "Syriana", histórias mostram as consequências de uma rede de conspiração e corrupção na indústria internacional de petróleo. Um funcionário da CIA descobre a verdade sobre seu trabalho. Um negociante de petróleo passa por uma tragédia familiar e encontra redenção com um príncipe do petróleo. Um advogado corporativo enfrenta um dilema durante a fusão de duas empresas. Os personagens envolvidos neste sistema não têm consciência do impacto de suas decisões sobre o futuro mundial.



Homens do petróleo

Dirigido por Rachel Boynton

Gênero: Documentário

Nacionalidade : EUA, Dinamarca, Reino Unido



Com a descoberta de grandes depósitos de petróleo na costa de Gana, uma região até então desconhecida pelas principais petrolíferas do mundo, uma pequena empresa do Texas, Kosmos Energy, parece ter tirado a sorte grande. A grande questão que fica é quem deve tirar os lucros desse achado. Entre 2007 e 2011, o filme acompanha o desenvolvimento do primeiro campo comercial de petróleo na história de Gana. Simultaneamente, compara a situação com o histórico da exploração do "ouro negro" na Nigéria, seguindo um grupo militante que tenta ganhar dinheiro de qualquer forma possível, pois já cansaram de esperar justiça. Um retrato de como o comércio do petróleo age em países politicamente instáveis.

Virunga

Dirigido por Orlando von Einsiedel
Gênero: Documentário
Nacionalidade: Reino Unido, Congo

Na República Democrática do Congo fica o Parque Nacional de Virunga, espaço que abriga o restante dos gorilas da montanha existente no mundo. Uma pequena equipe de guardas florestais protege o parque contra milícias, das empresas interessadas em petróleo e de desastres naturais.



O petróleo é nosso

Dirigido por Watson Macedo
Com Violeta Ferraz, Humberto Catalano, Adelaide Chiozzo e Heloisa Helena
Gênero: Comédia
Nacionalidade: Brasil



Dona Perpétua é proprietária de uma grande área de terra onde, segundo se diz, existem vários poços petrolíferos. Para apurar devidamente a existência de petróleo em suas terras, ela vai à capital, em companhia de seu marido e de sua filha Marisa. A família hospeda-se no Hotel Glória, onde a empregada Chica Bagunça logo simpatiza com o marido de Perpétua. É aí que Perpétua vai procurar o Sr. Guimarães, presidente de uma pseudocompanhia, a Petroneca, que, tal como o nome diz, de petróleo... neca! Guimarães promete fazer vir da França um geólogo para analisar as terras de Perpétua mas, em vez dele, vai buscar Omelete, um malandro casado com Nancy. E, após apresentar madame Guimarães e o filho do casal, Sílvio, o presidente da Petroneca faz com que Perpétua e sua família frequentem lugares caros e façam

despesas excessivas, pois o plano é procurar fazer com que Perpétua não tenha, depois, meios para pagar os gastos feitos. Nessa altura, Guimarães indenizaria os credores, assenhoreando-se das terras petrolíferas. O “geólogo” Omelete, por sua vez, tinha uma missão a cumprir: após as “análises”, declarar que os terrenos não tinham sequer uma sombra de petróleo.

O príncipe do deserto

Dirigido por Jean-Jacques Annaud
Com Tahar Rahim, Mark Strong, Antonio Banderas, Freida Pinto e Akin Gazi
Gênero: Aventura/ Drama
Nacionalidade: Qatar, França

Nessib (Antonio Banderas) e Ammar (Mark Strong) são líderes de seus povos e, após a derrota do segundo para o primeiro, um acordo implicava na entrega dos dois filhos para serem criados pelo inimigo.

Criados por Nessib ao lado da filha Princesa Leyla (Freida Pinto), Saleeh (Akin Gazi) e Auda (Tahar Rahim) se tornaram homens. Enquanto um só pensa em retornar para as terras do pai, o outro só quer saber de ler e conhecer cada vez mais coisas. Enquanto isso, uma nova disputa por terras está em curso, tendo em vista que uma pequena faixa de terra esconde sob o solo um valioso e cobiçado líquido negro: o petróleo. Para completar, Saleeh tenta fugir das garras de Nessib, mas o plano não sai como ele imaginava.



A valorização de quem
trabalha com a educação
começa por você.

Sindicalize-se!

Quem quer melhores
condições de trabalho
e salário, vem com a gente.

Sindicalize-se!

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

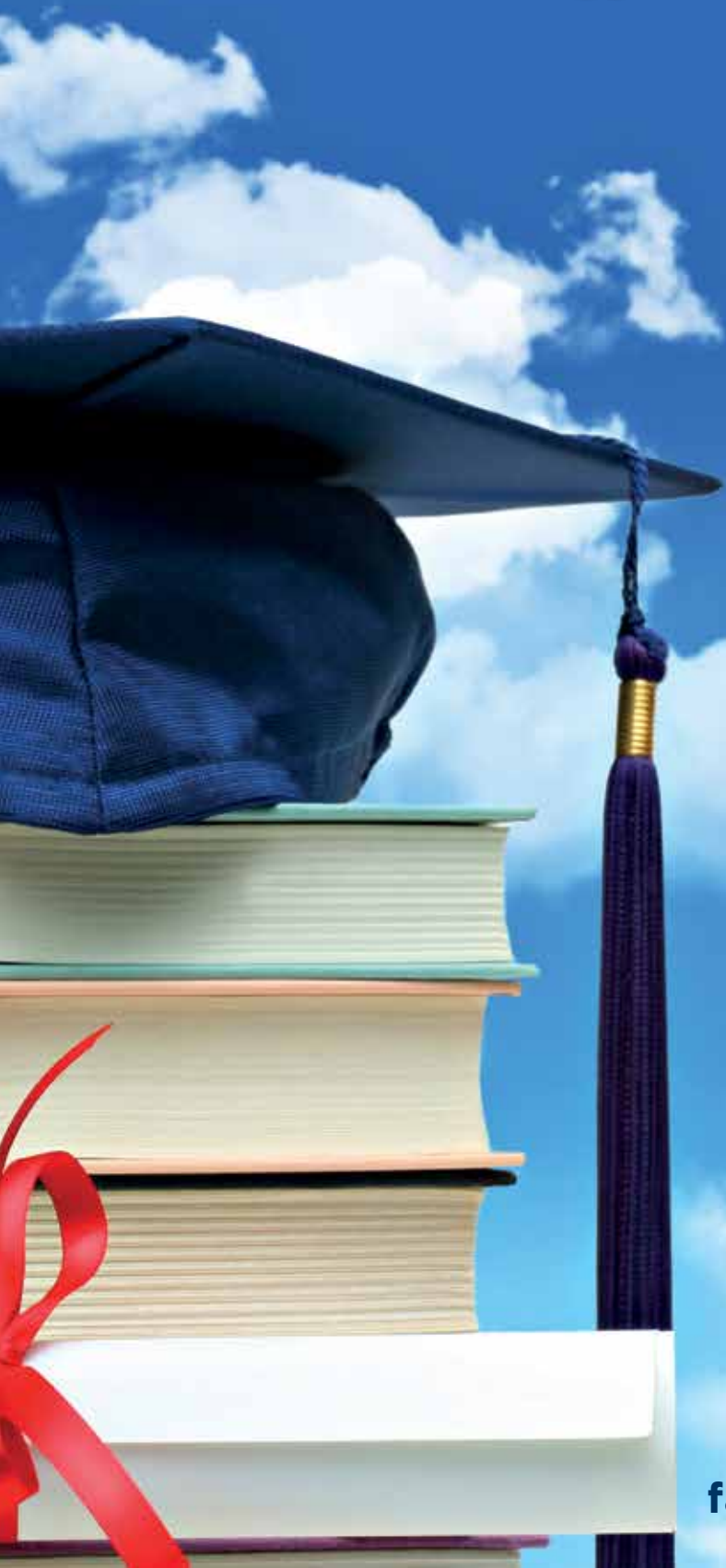
Pense coletivo
Sindicalize-se!

Reconhecimento, valorização
e melhores condições de trabalho
não se ganha. Conquista-se.

Sindicalize-se!



educação não é mercadoria



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

www.contee.org.br

facebook.com/paginadacontee